



PRECONCEITO

Mercado de trabalho exclui transexuais **P. 5**



HABITAÇÃO

Décadas de espera pela moradia **P. 6 e 7**



ZER0

CURSO DE JORNALISMO DA UFSC - FLORIANÓPOLIS, MAIO DE 2014 - ANO XXXIII, NÚMERO 2

Na boca do POVO

Projetos de lei com propostas antagônicas reacendem debates sobre uso medicinal, tratamento de usuários, combate ao tráfico e legalização da maconha no Brasil

Páginas 8 a 13

Cresce procura por *Cannabis* medicinal

Com aval da Justiça, Anvisa permite importação de medicamentos com substâncias derivadas da planta

Entrevista com Dep. Jean Wyllys

Autor da PL 7270 contesta política de drogas e propõe regulamentar comércio, produção e consumo

A missão é tirar o leitor da zona de conforto

OPINIÃO

ONDE O LEITOR TEM VOZ

Na edição de abril, o leitor pôde conferir a cobertura da ação policial na UFSC e os desdobramentos do conflito que fez da universidade pauta nacional. Naquele momento, não havia espaço para tratar do assunto que desencadeou o enfrentamento: a maconha. É este o tema principal que, agora, fizemos questão de discutir e expor diferentes leituras a respeito de um mesmo tema.

Nas entrevistas, fomos longe: entramos em contato com a Secretaria de Comunicação do governo de Mujica, presidente do Uruguai, e a assessoria de do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC). Não foi possível que atendessem o pedido de entrevista. Paralelamente, conseguimos a entrevista com

o deputado federal Jean Wyllys, que falou sobre seu projeto de legalização do consumo e regulamentação da produção da maconha. Foi ali que ele nos contou que uma das maiores dificuldades do tema é tirar as pessoas da zona de conforto, ou levar elas a “pensarem nas suas próprias contradições”.

As reportagens têm objetivo parecido e/ou correlato: mostrar situações contraditórias, que façam com que os leitores não tenham em mãos respostas prontas, e sim um ponto de vista a mais. Com isso, poderão confrontar as visões que trazemos com as que tinham antes e assim formar sua opinião.

No que diz respeito à maconha, tivemos o cuidado de não colocar todo usuário sob a mesma definição.

Nas demais reportagens, mantêm-se o cuidado: falando sobre as ocupações, mostramos os moradores em cotidiano, com problemas reais. Para falar de transgêneros, retratamos a dificuldade da discriminação na hora de conseguir emprego, e o confinamento de indivíduos aos lugares (não somente físicos) que lhes são impostos pela sociedade.

É importante sempre ter em mente: sobre todos os assuntos o preconceito e a generalização podem ser prejudiciais. Prestamos atenção para que nosso trabalho mais ajude do que atrapalhe, nesse sentido.

“Quero parabenizar à equipe do Zero pela edição de abril, cujos textos demonstram equilíbrio, boa apuração, atualidade e coragem para tratar de assuntos tão delicados na UFSC. Aliás, o Zero tem uma função cada vez mais importante na cobertura da universidade, já que a atual reitoria acabou com o Jornal Universitário.”

Rogério Christofoletti, professor do Departamento de Jornalismo

OMBUDSMAN

NILSON LAGE

Que bom, se não gostaram. Ou se não gostaram

A primeira observação a fazer é que, fosse qual fosse a cobertura de um evento como esse – a intervenção policial na Ufsc e os conflitos internos que a sucederam – não agradaria a nenhum dos envolvidos.

O resultado alcançado foi ótimo: desagradou a todos, mas não radicalmente. E todos se surpreenderam.

O episódio poderia ser analisado em camadas, cada qual mais dura de descascar do que a outra: 1. o tráfico; 2. as drogas; 3. o lado de lá e o lado de cá do “rio”; 4. a Ufsc e Florianópolis.

- O tráfico é o mais novo pai adotivo de todos os crimes e, portanto, fonte de recursos, diretos ou indiretos, de todas as polícias.

- A droga, ou travessura inconsequente ou desgraça tão grande que condenou a China a um século de escravidão à Inglaterra, madrinha e padroeira dos traficantes.

- O lado de lá e o lado de cá toleram-se até que um deles radicaliza – como se viu agora e como se viu quando a Andes das mil greves foi substituída pela Apufsc dos mil bocejos.

- A Ufsc fica no miolo de Florianópolis, que é uma espécie de Rio de Janeiro em construção (uma pena!), e isto faz toda a diferença. É difícil ter área aberta livre de malfetores e policiais no meio de uma cidade grande.

Diante de situações como a que o número especial do **Zero** abordou, a orientação tradicional das reitorias é contemporizar. Negociar, esperar baixar a poeira (e os alunos mais agitados pegarem o canudo que os transforma em bons pequenos burgueses) e esquecer.

Ser honesto inclui entender a bananosa da reitora, nesse bate-boca de PF, PM, PSTU, Psol, Sonia Maluf etc. Acho que já foi muito, muito mesmo, ela ter concordado em dizer alguma coisa que não via advogado ou nota oficial.

O jornal ficou bonito. Gostei da ideia do infográfico: faltou uma versão dinâmica, interativa.

Tirando uma bobaginha ou outra – já vi até no New York Times –, o texto está correto e a velocidade da cobertura espetacular, considerando as condições objetivas. Ser ombudsman não significa ser dedo-duro.

Fazer jornalismo vivo, atuante – e honesto – na Ufsc não é fácil, mas a gente sempre tenta. Tentou, por exemplo, em remotas eras geológicas, com o Unaberta e a rádio ponto-com, experiências pioneiras, que assustaram metade do povo local e foram estranguladas porque uns temiam a concorrência, outros a inconfidência e terceiros – a turma do “não pode” – costumam segurar os galhos da lei para impedir que deles brotem flores e frutos, bons ou maus.

Como disse no início, vocês desagradaram moderadamente a todos e assim ganharam credibilidade. Insistam. A universidade é o mundo compactado e problematizado: não só espaço onde acontecem coisas mas lugar de concentração de gente que pensa sobre todas as coisas – artes, ciências e futilidades. Sendo abundante a matéria-prima, cabe selecionar e explorar. É esse o nosso negócio.

Que não me esqueça: obrigado a vocês pelo convite para ser ombudsman. Estou só começando. Com a prática, eu aprendo.

Direito de resposta

A Diretoria-Geral de Comunicação gostaria de esclarecer, a respeito do jornal Zero (04/14), que:

1. Foi procurada pelos estudantes, em função de diferentes pautas, e sempre os atendeu de forma respeitosa, ética e profissional;

2. A entrevista com a reitora Roselane Neckel não ocorreu porque, em 08 de abril, houve ocupação do Reitoria II pelos técnicos-administrativos que aderiram à greve nacional da categoria, o que levou à convocação de reunião de emergência, com pró-reitores e secretários. Ainda assim, a Reitora fez questão de enviar as respostas por escrito;

3. Algumas perguntas publicadas não são iguais às encaminhadas;

4. A diretora Tattiana Teixeira jamais se ofereceu para fazer a entrevista no lugar dos estudantes, como relatado. Diante da informação que a equipe iria publicar uma página só com as perguntas porque a Reitora não os havia recebido, foi informado que, caso não pudessem voltar no dia seguinte, seria possível solicitar que as respostas às perguntas encaminhadas fossem ditadas ou, ainda, gravá-las, enviando o arquivo com o áudio bruto para os repórteres, a fim de que usassem as declarações da maneira que achassem mais conveniente. Colegas costumam nos solicitar este tipo de serviço, quando não podem estar presentes no campus. Este procedimento é muito diferente de realizar uma entrevista, tendo em vista as especificidades que este gênero encerra.

“Transmita os cumprimentos pela bela edição do Zero. Reportagens como as que vi são preciosos documentos históricos. E registram com detalhes uma certa patologia de conduta que consiste nesse gosto policial por invadir universidades. Desperdício de tropas que, se o propósito é combater o tráfico de drogas, deveriam estar em outras áreas urbanas e rurais.”

Luiz Martins da Silva, professor da Faculdade de Comunicação da UnB

ERRATA

Na matéria Roselane: “é hora de evitar atritos”, na edição de Abril do **Zero**, faltou clareza sobre o motivo da Reitora cancelar entrevista ao jornal (ela estava mediando reunião sobre a interdição do prédio da Reitoria por STAES). As perguntas foram publicadas sem mencionar a PF.

PARTICIPE!

Mande críticas, sugestões e comentários

E-mail - zeroufsc@gmail.com

Telefone - (48) 3721-4833

Facebook - /jornalzero

Departamento de Jornalismo - Centro de Comunicação e Expressão UFSC - Trindade, Florianópolis (SC) CEP: 88040-900

ZERO

JORNAL LABORATÓRIO ZERO Ano XXXIII - Nº 2 - Maio de 2014 **REPORTAGEM** Amanda Simeone, Caio Spechoto, Beatriz Nedel, Gabriel Shiozawa, Gabriela Damasceno, Gêssica Silva, Fernanda Ferratti, Janine Silva, Júlia Schutz, Luan Martendal, Luciana Paula Bonetti, Luísa Tavares, Mateus Boaventura, Mateus Vargas, Mariana Petry, Murici Balbinot, Poliana Dallabrida, Raíssa Turci, Rafael Gomes, Rafael Venuto, Tainara Rosa, Thaís Ferraz **FOTOGRAFIA** Beatriz Nedel, Bianca Bertoli, Fernanda Ferretti, Mateus Vargas, Rafael Venuto, Luísa Tavares, Rosângela Menezes **EDIÇÃO** Beatriz Aguiar, Bianca Bertoli, Caio Spechoto, Janine Silva, Gabriel Shiozawa, Luciana Paula Bonetti, Marianne Ternes, Mateus Boaventura, Mateus Vargas, Poliana Dallabrida, Raíssa Turci, Rosângela Menezes, Stefanie Damazio, Thaís Ferraz, Isadora Ruschel **DIAGRAMAÇÃO** Caio Spechoto, Flávio Crispim, Janine Silva, Júlia Schutz, Rosângela Menezes, Túlio Kruse **INFOGRAFIA** Beatriz Nedel, Rosângela Menezes **APOIO** Carlos Augusto Locatelli **PROFESSOR-RESPONSÁVEL** Marcelo Barcelos MTb/SP 25041 **MONITORIA** Túlio Kruse **IMPRESSÃO** Gráfica Grafnorte **TIRAGEM** 5 mil exemplares **DISTRIBUIÇÃO** Nacional **FECHAMENTO** 19 de maio

Melhor Jornal Laboratório - I Prêmio Foca Sindicato dos Jornalistas de SC 2000

3º melhor Jornal-Laboratório do Brasil EXPOCOM 1994

Melhor Peça Gráfica Set Universitário / PUC-RS 1988, 1989, 1990, 1991, 1992 e 1998

ZERO, abril de 2014

UFSC abre campus sem estrutura

Alunos de Blumenau revelam problemas de locomoção e infraestrutura

Em 1º de abril quando os estudantes de Engenharia de Materiais publicaram uma carta no Facebook com uma lista de nove problemas encontrados no campus da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em Blumenau. Inexistência de faxineiros, a distância entre a universidade e restaurantes, mudança no horário das aulas e a ausência de alguns professores devido à greve foram apontados. De acordo com o grupo de alunos, quem não estava disposto a andar 1km e pagar cerca de R\$ 14 pela refeição, encomendava marmitas no valor de R\$ 9, mas não tinha local próprio para comer.

Ao longo de dois meses, o campus de Blumenau apresentou vários problemas e alguns ainda estão sem solução: falta de cortina nas janelas, banheiros em situação precária e o preço pago pela alimentação são alguns dos obstáculos enfrentados pela comunidade acadêmica. João Rafael Balkoski, estudante de engenharia têxtil, diz que "a biblioteca contém apenas duas prateleiras de livros, não há Restaurante Universitário e cada aluno desembolsa cerca de R\$ 13,50 para almoçar". Josiane Schneider endossa as palavras do colega. "Para falar a verdade, só temos as salas de aula. Falta biblioteca, laboratórios de informática e não há convênio para almoço". A

falta de bancos para sentar também gera desconforto. "O tempo ocioso entre o fim da aula da manhã e o início do curso a tarde é grande (2h30min) e não existem muitos locais onde se possa sentar ou descansar. Não exigimos algo sofisticado, mas um pouco melhor", comenta Victor Missfeld. Após a divulgação da carta, a UFSC improvisou uma sala com mesas e cadeiras para atender aos estudantes na hora do almoço, enquanto a licitação para terceirizar a refeição não é concluída.

Segundo alunos, a pouca estrutura da unidade é herança do Instituto Federal Catarinense (IFC). Sem

Dois meses de aulas sem cortina, livros, faxina, laboratórios e nem restaurante

sede própria, a UFSC optou por abrir o campus ainda em 2014 e firmou um termo de cooperação com o IFC e o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) da cidade de Gaspar. Procurada pela reportagem do Zero, a assessoria do IFC disse que emprestou salas à UFSC, mas não iria falar sobre a estrutura.

O IFSC vai disponibilizar uma sala com capacidade para 50 alunos e um laboratório de química para atender à UFSC, mas segundo a chefe do Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão Ana Paula Kuczmynda, a universidade ainda não ministra aulas no local. O acordo de cooperação passa a valer no segundo semestre de 2014 e tem duração de três anos, podendo ser



Alguns estudantes ainda passam por rodovia para chegar ao campus

renovado. Além do espaço cedido pelos centros de ensino, um prédio no bairro Salto do Norte foi alugado para abrigar a sede administrativa.

Ubirajara Franco Moreno, diretor da UFSC em Blumenau, admite os problemas e diz que as falhas são comuns na implantação de novos campi e que nos próximos quatro anos o campus vai receber um investimento de cerca de R\$ 50 milhões do Governo Federal para manutenção e R\$ 8 milhões para assistência estudantil. Esse valor não será aplicado nas instituições parceiras. Para o Pró-Reitor Adjunto de Graduação, Rogério Luiz de Souza, "o estudo para aquisição da sede própria da UFSC será finalizado em breve e a partir daí, serão elaborados projetos de construção dos prédios no segundo semestre."

Outro tópico nas reivindicações é a melhoria dos ônibus que passam próximo à universidade. Até o

começo de abril, uma única linha trafegava pelo local em três horários. A condução parava na BR-470 e era preciso atravessar a rodovia sem sinalização de trânsito ou faixa de pedestres para chegar ao campus. Parte do problema foi resolvido e algumas linhas passaram a parar em frente ao IFC, após reuniões entre a UFSC e o Departamento de Transportes de Blumenau (Seterb).

Sérgio Voltolini, gerente operacional do órgão, informou que no dia 13 de março foi enviado um ofício ao Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT) solicitando reforço na sinalização da BR em frente ao campus. A resposta encaminhada pelo DNIT 25 dias depois confirma que melhorias serão feitas no local via o programa BR Legal.

Luan Martendal
luanmartendal@gmail.com

FURB mais distante de federalizar

Ao mesmo tempo em que sanou a falta de ensino público e gratuito no Vale do Itajaí, o novo campus da UFSC esfriou os planos de federalização da Universidade Regional de Blumenau (FURB). Desde sua criação em 1964, a instituição municipal tenta se tornar uma universidade gratuita. O último revés ocorreu em 2013 após uma possível anexação entre as instituições ser descartada pelo Governo Federal.

Para Clóvis Reis, líder do movimento pró-federalização, a negociação iniciada em 2011 estagnou após Roselane Neckel assumir a Reitoria da UFSC. "Essa gestão não criou condições políticas para que fosse possível avançar no processo de federalização", disse. Em contrapartida, o Pró-Reitor Adjunto de Graduação da UFSC Rogério Luiz de Souza, afirma que a atual gestão realizou mais de dez reuniões com a FURB e o tema esgotou devido a impedimentos jurídicos referentes à FURB, entre eles, a cobrança de mensalidade.

Com dois anos de atraso, CT Olímpico sai do papel

O internauta que confere os Centros de Treinamentos para os Jogos Olímpicos de 2016, no portal das Olimpíadas do Rio, encontra a UFSC como local de preparação para competidores do atletismo. A página virtual foi criada em 2012 e traz todas as informações sobre a pista de atletismo — ela "está sendo reformada para a colocação de piso sintético homologado e estará pronta até o final de 2012". A ordem de serviço para a construção, no entanto, foi expedida mais de um ano depois, no dia 28 de abril de 2014.

A obra vai custar, ao todo, mais de R\$ 7 milhões, sendo o terceiro maior investimento em universidades feito pelo Ministério dos Esportes (ME) para a preparação dos atletas. A nova pista será construída no local da atual feita de carvão no campo de

futebol da UFSC e segue os padrões de qualidade da Associação Internacional das Federações de Atletismo.

O prazo de execução é de 180 dias, com término em 24 de outubro, e o contrato com a empresa paulista Playpiso Pisos Esportivos, vencedora da licitação, vai até fevereiro de 2015. O campo de futebol da UFSC ficará interditado até dezembro, e as aulas que eram realizadas no local agora acontecem em ginásios e quadras externas de cimento.

Segundo o autor do projeto e diretor do Centro de Desportos (CDS), Edison de Souza, a ideia é garantir as obras da pista de atletismo, e apenas futuramente pensar na possibilidade de construção de arquibancadas.

A primeira parcela do investimento, cerca de R\$ 2,8 milhões, enviada pelo ME em dezembro de 2012, foi

gasta na aquisição de materiais para a obra. O piso da pista é o Sportflex Super X, utilizado em pistas de atletismo de alto rendimento, e o material foi importado da Itália, com auxílio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária (FAPEU). Os sete contêineres chegaram ao porto de Itajaí em julho de 2013, e o transporte até a Universidade custou mais de R\$ 186 mil. Desde então, estão estocados no Ginásio 1.

A licitação para fornecer material e mão-de-obra foi feita em dezembro de 2013 como Regime Diferenciado de Contratação (RDC), modalidade mais ágil do processo. O RDC contou com quatro empresas que disputaram pelo maior desconto com relação ao valor global de aproximadamente R\$ 4,2 milhões. As empresas que deram os três menores lances (Eva Cons-



Obra custará mais de R\$ 7 milhões e deve ficar pronta em 180 dias

truções e Incorporações, Concretil Construções e Recoma Construções Comércio e Indústria) foram desclassificadas por não apresentarem documentação autenticada ou estarem em desacordo com documentos relativos à qualificação de profissionais. A empresa que apresentou o maior

valor foi a única habilitada pela Coordenação de Processos Licitatórios e Pregoeiros. A Playpiso, a mesma que vendeu os equipamentos, fará a construção por R\$ 4,2 milhões.

Mateus Boaventura
mateusboaventura@gmail.com

Assédio no trabalho atinge quase metade dos técnicos da UFSC

Estudo tem base em 1.490 servidores entrevistados

Levar roupas do chefe na costureira, despachar suas encomendas no correio, atualizar currículo Lattes de terceiros ou pagar contas de superiores no banco não estão entre as atribuições de servidores técnicos em educação (TAEs), mas casos como esses foram identificados na UFSC num estudo feito em 2012. Segundo ele, cerca de 40% dos TAEs da Universidade já passaram por situações que podem ser caracterizadas como assédio moral no local de trabalho -- em geral, casos bem menos caricatos do que os citados acima. Quase um ano depois da publicação sair, o combate a esse tipo de violência dentro da Universidade entrou na pauta da greve dos servidores e ganhou alguma atenção da comunidade universitária.

O assédio moral no trabalho é uma situação em que o indivíduo é exposto continuamente a humilhações, constrangimentos ou desqualificações, seja de chefes, colegas ou subordinados. Em casos mais graves, a pessoa passa a associar essa violência ao emprego, odiá-lo, encarar a ida ao local de trabalho como uma visita cotidiana ao inferno, causando, por exemplo, depressão e síndrome do pânico. É muito comum que a vítima não saiba que se trata de assédio moral, apesar de identificar algo errado em sua vida.

O estudo, desenvolvido por um Grupo de Trabalho instituído pelo Conselho Universitário e denomi-

nado "Reorganiza UFSC", tem um capítulo dedicado exclusivamente ao tema. Foram tipificadas 13 situações que caracterizam essa violência, e 1490 TAEs de 85 setores da Universidade, inclusive fora do Campus da Trindade, responderam se, e com que frequência, passaram por ela. Essa tipificação buscava evitar as situações em que a vítima não identifica o que está acontecendo.

Normalmente a violência se dá de maneira vertical, de chefes com subordinados, mas esse problema também é bastante comum entre colegas. A professora do departamento de psicologia Suzana Tolfo, que pesquisa o assunto, participou do Reorganiza e foi diretora adjunta da Secretaria de Gestão de Pessoas da UFSC de 2012 até fevereiro desse ano. Segundo ela, o assédio horizontal pode ser o mais agressivo à vítima, já que "o vertical é mais fácil de ser entendido" e confunde menos quem sofre. Segundo ela, essa modalidade também é bastante comum entre docentes.

A pesquisadora ainda comenta que não há um perfil dos envolvidos nesse tipo de relação. "Até um tempo atrás se pensava que o agressor era um sádico e o agredido um masoquista". Voltando aos números do Reorganiza: aos 15% dos respondentes que dizem já ter passado por situações de assédio moral, perguntou-se quem praticava essa violência. Por 167 vezes ela foi atribuída a um superior, 104 a um colega, além de 19

a um subordinado -- foram puxados para este texto os dados mais ilustrativos, as tabulações completas podem ser vistas em reorganiza.ufsc.br.

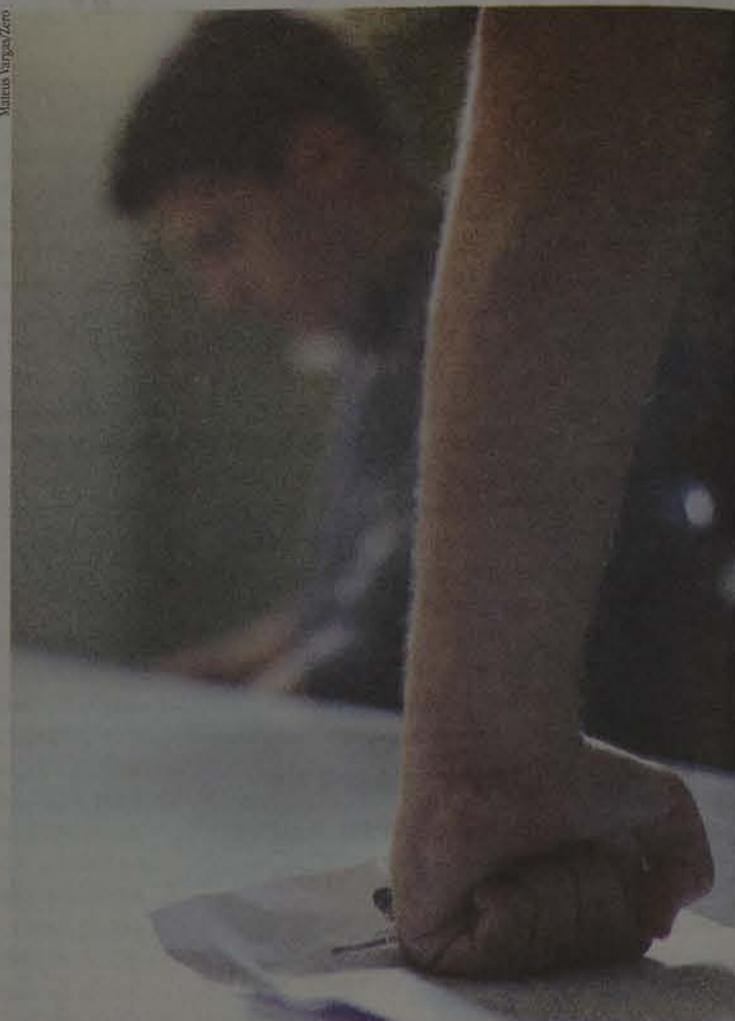
Roberto*, por exemplo, foi transferido temporariamente de sua ocupação usual para realizar outro trabalho dentro da Universidade, tudo de acordo com os trâmites burocráticos, sob a condição de voltar à lotação original após a conclusão do serviço. A promessa não foi cumprida. Ao cobrar de seus superiores o retorno à antiga função, deu-se início uma disputa tão estressante que terminou com Roberto procurando ajuda psicológica profissional e sendo transferido novamente para outro setor da UFSC. O TAE chegou a ouvir que era um "guri mimado" por fazer questão de voltar ao cargo antigo.

Não há setor na Universidade que reúna denúncias, o que dificulta a procura de ajuda

Em março de 2013, num documento de resposta a uma carta de reivindicações do SINTUFSC, a Administração Central da Universidade se comprometeu a tomar medidas de combate ao assédio moral. De lá pra cá, cartilhas foram elaboradas e seminários realizados, mas, além do campo da conscientização, a política da Universidade em relação ao assunto continua reativa, como reconhece o Chefe de Gabinete da Reitoria, professor Carlos Vieira. "A gente às vezes não tem perna mesmo".

Não há, por exemplo, um setor que centralize eventuais denúncias. Quando uma vítima desse tipo de violência procura assistência pelo caminho mais óbvio, a Ouvidoria, o caso é encaminhado à Chefia de Gabinete da Reitoria. As informações de denunciante e denunciado são apuradas, a Procuradoria da Universidade é consultada e então se abre uma sindicância ou processo administrativo.

Ainda segundo o professor Carlos Vieira, cogita-se na Administração Central a criação de uma Comissão Disciplinar Permanente. Hoje, em

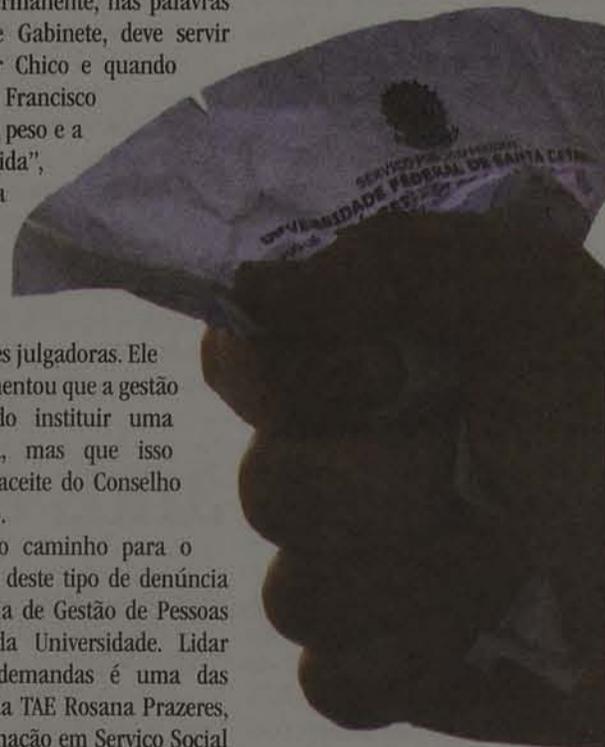


cada processo uma comissão diferente é nomeada para apurá-lo. A Comissão Permanente, nas palavras do Chefe de Gabinete, deve servir para "julgar Chico e quando for julgar Francisco ter o mesmo peso e a mesma medida", o que seria mais difícil com a rotatividade de membros nas comissões julgadoras. Ele também comentou que a gestão está tentando instituir uma Corregedoria, mas que isso depende do aceite do Conselho Universitário.

Um outro caminho para o acolhimento deste tipo de denúncia é a Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGESP), da Universidade. Lidar com essas demandas é uma das atribuições da TAE Rosana Prazeres, que tem formação em Serviço Social e trabalha na área desde 2001. Segundo sua análise, o combate a essa conduta nunca foi prioridade dentro da UFSC porque "mexe com relações de poder". Conta que no ano passado apenas quatro denúncias chegaram até seu setor, e interpreta que o número é pequeno porque após o relato se abre um processo administrativo disciplinar, procedimento do qual a vítima normalmente não quer participar para não se expor.

*Nome fictício para preservar a identidade do entrevistado

Caio Spechoto
caio.spechoto@gmail.com



Humilhações e constrangimentos vindos de chefes ou colegas podem desencadear doenças como depressão e síndrome do pânico

Os números da pesquisa

De acordo com o relatório final do grupo de trabalho Reorganiza UFSC, dos 1490 TAEs entrevistados:

46% sentem que já tiveram ou têm seu ponto de vista ignorado dentro da Universidade

40% foram expostos à carga de trabalho excessiva

29% julgaram que já passaram ou passam por situações de sub-utilização

23% já foram humilhados ou sentiram-se contrangidos no ambiente de trabalho

Apenas 15% dos entrevistados disseram já ter sofrido assédio moral

Procura-se forma de ganhar a vida

Mesmo com qualificação, transexuais encontram resistência na hora de arrumar emprego

Alguém vai querer contratar uma travesti, ainda que graduada?" questiona Joana*, estudante da UFSC e mulher transexual. A pergunta é pertinente: em pesquisa realizada pelo projeto TRANSpondo Barreiras com 663 mulheres transexuais de 35 diferentes municípios do país, apenas 5,73% declarou trabalhar com carteira assinada. Marginalizadas, transexuais, principalmente mulheres, parecem não encontrar emprego fora do lugar considerado normal pela maioria da sociedade: a "pista" de prostituição, onde, segundo estimativa da Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA), 90% das trans brasileiras trabalham.

A inserção no mercado de trabalho esbarra em dificuldades, todas com caráter discriminatório. Cris Stefanny, presidenta da ANTRA, explica que "é sempre a mesma questão: como as transexuais geralmente saem de casa muito novas, não conseguem se formar pelos meios legais. Sem formação, não alcançam a qualificação cobrada pelas empresas, e não podem disputar o mercado de trabalho". Além disso, mesmo quando são qualificados, ou se candidatam a empregos informais, transexuais continuam sendo rejeitados e rejeitadas -- e, ainda que consigam a vaga, enfrentam problemas para permanecer nela.

Um curso superior, símbolo de boa qualificação profissional, está longe de garantir a aceitação dos transexuais pelo mercado. A falta de políticas públicas nas instituições de ensino, inclusive entre as que já adotam o uso do nome social, dificulta o acesso de transexuais a estágios. "Se eu for procurar um estágio, chegar e dizer 'sou travesti', eles vão dizer 'desculpa, querida, não temos política pra travestis trabalharem como estagiárias'. E por mais que eles tentem incorporar isso e respeitem meu nome, eu sei que vou estar sujeita a qualquer tipo de ridicularização, de ameaça, de violência.", afirma Joana. "A Universidade deveria ser o lugar de mais inclusão, e não é. Sai a aprovação do nome social e todo mundo pensa 'ah, que lindo, as travestis podem entrar'. Mas entrar de que forma? E sair de que forma?", completa.

Laura Martendal, outra estudante da UFSC, atesta: "trans vão trabalhar no salão, na cozinha, no banheiro.



David Zimmerman logo terá o nome social em seus documentos. Ele gastou cerca de R\$ 2 mil com o processo, que já está próximo do final

Nunca numa sapataria, numa cafeteria, como caixa". Muitas vezes, as próprias travestis e transexuais têm receio de assumir certas vagas. Joana explica: "Tu é tão hostilizada na sociedade, que sempre pensa: 'quero um emprego que não trabalhe com público, que as pessoas não me vejam, não riam, não me inferiorizem'. Uma vez contratados, muitos transexuais têm um dos seus direitos mais

básicos, como o uso do nome social, negados. David Zimmerman, consultor de negócios, conta: "Em um emprego anterior, expliquei como funcio-

nava a questão do nome social. Mas sempre que fazia algo errado, minha ex-supervisora me castigava me chamando pelo nome de registro. Era uma forma de punição, e até hoje eu penso que deveria ter processado a empresa."

Travestis e transexuais encontram pouco respaldo na legislação e nas políticas públicas. De modo geral, o que existe são decretos municipais, atuação de secretarias e ONG's ligadas aos Direitos Humanos ou iniciativas tomadas por parte das próprias pessoas transexuais. Em São Paulo, o Programa Operação Trabalho, da Prefeitura Municipal, oferece cursos profissionalizantes para LGBTs.

Em Florianópolis, a Associação de Direitos Humanos com Enfoque em Sexualidade (Adeh), oferece assessoria jurídica e atualmente promove uma força-tarefa para a retificação do nome civil. De iniciativa própria, três transexuais brasileiros criaram o portal Transempregos- onde empresas de todo o país podem cadastrar

suas vagas.

O projeto de lei João W. Nery -- número 5002/2013 --, de Jean Wyllys (PSOL-RJ) e Erika Kokay (PT-DF) é o que há de mais avançado em relação a identidade de gênero no Brasil. Atualmente em tramitação, o texto visa estabelecer o direito de todas as pessoas ao reconhecimento de sua

identidade de gênero, além de identificação e tratamento de acordo com ela. Se aprovado, o projeto ajudará a preencher a lacuna de legislação e políticas públicas específicas voltadas à transexuais e transgêneros.

*Nome fictício para preservar a identidade dos entrevistados.

Violência no trabalho é constante

Excluídas do mercado de trabalho, travestis e transexuais, majoritariamente mulheres, encontram na prostituição uma forma de sustento, autoafirmação da nova identidade de gênero e aceitação social.

Joana estuda na UFSC, trabalha como prostituta e já frequentou pontos de travestis em muitas cidades de Santa Catarina. Começa a trabalhar só depois da meia-noite para evitar ser ridicularizada na rua. A estudante conta que o programa, em Florianópolis, costuma custar R\$ 50,00 na "pista" e sobe para R\$ 100,00 quando ela precisa pagar o motel. "Não vou dizer que é um sofrimento, até porque na prostituição tu aprende realmente a ser travesti, aprende a performance, ganha dinheiro para construir teu corpo. Se eu tivesse uma condição em que não precisasse me prostituir, não me prostituiria. Mas esse é o único mercado de trabalho que resta para travestis".

Joana conta que em Florianópolis o clima é mais tranquilo que em outras cidades do estado, como Joinville, onde sofreu mais preconceito. "Até o ponto é mais escondido da população para eles não se chocarem tanto", conta, em meio a gargalhadas. De acordo com Joana, a rotatividade de profissionais é alta porque ser nova na cidade aumenta o preço do programa. Ela chegava a fazer R\$ 600,00 por dia quando tinha recém chegado na capital, há dois anos. Hoje, faz no máximo R\$ 100,00. Está procurando estágio na universidade e já enviou alguns currículos. Por enquanto, ainda não foi chamada. "Acho que vou ganhar mais com um estágio aqui do que na prostituição", conta.

Travestis e transexuais sofrem violência física e verbal frequentemente e ficam mais expostas a isso quando trabalham à noite na rua. De acordo com a pesquisa do TRANSpondo Barreiras, mais de 70% das

transexuais e travestis afirmaram já ter sofrido violência verbal, mais de 50% dizem ter sofrido violência física e mais de 45% afirmam terem sido agredidas por policiais. Joana confirma as estatísticas: "sempre tem um cara armado que quer te obrigar a fazer favores sexuais que tu não quer. E de graça". Ela conta também que a violência moral e o desrespeito são constantes. "Já tive amigas que apanharam das próprias travestis cafetinas, dos clientes, de homens que passam na rua só para agredir. Algumas já foram até baleadas." Apesar de reconhecer que a profissão é perigosa e de ficar sujeita à violência, Joana encara a prostituição como uma maneira de "sobreviver nesse mundo tão transfóbico, machista e misógino".

Raissa Turci
raissa.turci@gmail.com
Thais Ferraz
thaisferrazr@gmail.com



Cerca de 80% da fila da habitação recebem entre zero e três salários mínimos

Mais de 15 mil esperam por moradia

Políticas públicas e verbas são insuficientes, levando famílias a optar pela informalidade

O terreno escondido às margens da estrada que corta o Maciço do Morro da Cruz é tão íngreme que as casas parecem estar umas sobre as outras, a ponto de crianças brincarem equilibrando-se em pedras e raízes no chão de terra batida. No espaço está a Ocupação Palmares, criada no início de 2013 quando Valdir dos Santos, o Neninho, decidiu entrar na mata para construir o barraco, sustentado por galhos e coberto por lona. A ocupação cresceu. Hoje é formada por casas de madeira firme no solo, onde moram, principalmente, trabalhadores da construção civil e limpeza, a maioria membros da mesma família e migrantes de Maceió (AL).

Assim como a Palmares, as ocupações Amarildo e Contestado atraíram atenção da mídia e motivaram debates sobre habitação na Grande Florianópolis. Apesar de evidente nestes casos, o déficit de moradia vai além das cerca de 750 famílias das três ocupações: apenas na capital, são 15.800 inscritos no cadastro à espera de residência própria.

Para o diretor da Secretaria de Habitação e Saneamento de Florianópolis, Américo Pescador, ocupações como a Palmares existem por falha na fiscalização. "Essas famílias vieram de fora, não podem passar sobre o cadastro habitacional. O caso deve ser tratado com o proprietário, na justiça. Nossa política

é para quem já estava em algum local, agindo pacificamente". O diretor traça como caminho correto para famílias o ingresso na fila de espera por moradia.

A Prefeitura adota dois meios para aplicar o dinheiro da habitação: um para demanda específica e outro para a difusa. A primeira é resquício de políticas anteriores ao Minha Casa Minha Vida e não atende especificamente aqueles que estão no cadastro habitacional. O foco são moradores de áreas irregulares, como Chico Mendes, Mocotó e Vila União, que serão urbanizadas. Eles recebem subsídio total da nova moradia. Em janeiro deste ano, o prefeito Cesar Souza Júnior participou da entrega de casas no Morro

"Vencer o déficit total sem verbas é uma utopia"

do 25, construídas em programas de demanda específica. Na ocasião, aproveitou para criticar moradores da Ocupação Amarildo: "Tem gente há 30 anos esperando casa e não consegue. Esse pessoal chegou recentemente em Florianópolis, invadiu o Norte da Ilha e quer que a gente resolva", disparou.

Cinco anos depois do início do Minha Casa Minha Vida (demanda difusa), saiu do papel a primeira

moradia para famílias da faixa mais necessitada, que recebem entre zero a três salários mínimos. Cerca de 80% da fila por moradia, 12 mil inscritos, está nesta faixa salarial. A demora, segundo Américo Pescador, ocorreu devido a questões institucionais, como a necessidade de alterar zoneamentos pelo Plano Diretor. A construção do condomínio Jardim Atlântico iniciou em maio deste ano. Prevê 78 unidades e em dois anos de obras. Há outros quatro projetos em execução ou fase de aprovação, que devem beneficiar 726 famílias. Segundo Américo Pescador, a meta da Secretaria é zerar o déficit habitacional em 15 anos, prevendo orçamento anual de 80 milhões para construção de residências e urbanização.

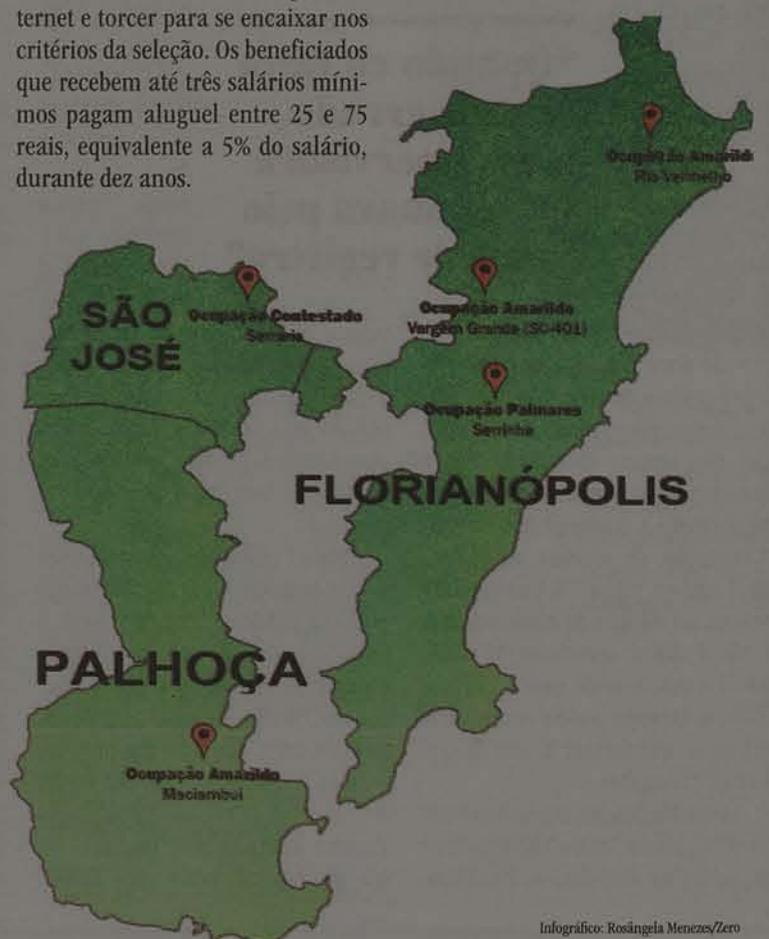
Por questões como a revogação do aumento do IPTU e falta de meios para captação de recurso, a Secretaria opera com verbas abaixo do previsto, e a meta anual não será alcançada. "O recurso está em Brasília e temos de entrar nos programas federais, que lidam com burocracias. Fica difícil", explica Américo Pescador. "Vencer o déficit total sem verbas é uma utopia."

Antes do Jardim Atlântico, apenas moradias para quem recebe entre quatro e dez salários mínimos foram construídas pelo programa Minha Casa Minha Vida em Florianópolis. Estas moradias são obtidas com capital privado e dependem de

parcerias entre mercado imobiliário e prefeitura, que capta recursos e dá condições fiscais. Segundo Américo Pescador, as construtoras não têm interesse em moradias para famílias da faixa mais baixa de renda e, nestes casos, o poder público é quem deve resolver o déficit.

Para concorrer à moradia, o interessado deve se cadastrar pela internet e torcer para se encaixar nos critérios da seleção. Os beneficiados que recebem até três salários mínimos pagam aluguel entre 25 e 75 reais, equivalente a 5% do salário, durante dez anos.

Em média, o valor de cada casa é 64 mil reais. A verba vem de Brasília e a Prefeitura a utiliza para compra do terreno e construção das moradias. As condições de pagamento do imóvel para outras faixas salariais variam conforme o convênio. Algumas famílias aguardam há quase três décadas.



Infográfico: Rosângela Menezes/Zero

O lar de quem ainda não tem CEP

Moradora da Ocupação Palmares, Maria*, 30 anos, se debruça na fachada da casa de dois cômodos, uma das melhores do terreno, com direito a banheiro com paredes de concreto e alguns móveis novos - comprados com dinheiro que sobrou por não pagar aluguel. Ela acabara de chegar da Universidade Federal de Santa Catarina, onde trabalha na limpeza, contratada pela empresa Ondrepsb. Maria não quis se identificar para a reportagem do *Zero*, já que teme represália na Universidade. "Já ouço de tudo de filhinhos de mamãe porque limpo banheiro, ainda vão ficar me julgando por morar em ocupação." O pouco mais de um salário mínimo que recebe, somado ao rendimento do marido, pedreiro, antes não dava conta dos gastos do lar e aluguel. A família gastava entre R\$ 300 e R\$ 500 por mês para morar em kitnetes na região da Serrinha e mais R\$ 200 para pagar alguém que cuidasse dos filhos, que não conseguiam vaga em creches da região. "Nos meses de aperto, a gente só comia por causa do dinheiro do Bolsa Família."

Casos como o de Maria existem

aos milhares. Sem condições de comprar uma moradia própria ou seguir pagando aluguel, recorrem à chamada "cidade informal" - ocupações, casas em zonas de risco, comunidades e favelas. Pode parecer total ausência de política de habitação do estado, mas para Elson Pereira, professor de Planejamento Urbano do curso de Geografia da UFSC, é justamente o contrário. "As favelas são a própria política habitacional. O estado não deu conta destas famílias e assumiu a favela como saída. Em Floripa, há uma cidade formalizada, onde existe zoneamento e se pode construir. Como parte da população não é assimilada pelo mercado imobiliário, ocupa espaços não edificantes. Há uma ordem nisso."

Quando chegou em Florianópolis, mais de dez anos atrás, "Keka," como quer ser chamada, foi morar no Morro da Penitenciária, com parentes de Maceió. De lá, foram retirados, pois estariam em área de risco. "Hoje tem gente na casa de novo, não entendo." Keka morou de aluguel em vários bairros da Ilha até que o irmão Neninho a convidou para invadir o terreno da

Palmares. Nos dias seguintes, ela voltava do trabalho, colocava roupas compridas e ia mata dentro com facão. "Eu tava tão necessitada que dormi os primeiros dias na casa sem porta. Precisava sair do aluguel." Depois, carregou as madeiras morro acima para finalizar o barraco. O próximo passo será o banheiro. "Minha mãe tá doente, tenho de dar banho com ela sentada na cadeira." Keka sequer cogita trocar Palmares por moradia formal. "O que eles dão pra gente eu não considero como minha casa, ou minha vida. Mal tem lugar para crianças brincarem, é tudo apertado, parece uma favela", reclama.

A Ocupação Palmares fica numa altura do morro em que, à direita de quem sobe, vê-se bairros do entorno do Itacorubi, UFSC e Beira-Mar. À esquerda, há uma Florianópolis distinta: favelas do Maciço do Morro da Cruz. À margem da cidade formal, Palmares, Contestado e Amarildo recebem o apoio de entidades, formada principalmente por estudantes, que prestam apoio jurídico e assistência social. Existem assembleias e leis internas, como a proibição do tráfico de drogas.



Palmares é formada por 16 casas de madeira no morro da Serrinha



Última refeição antes de a ocupação Amarildo deixar a estrada SC-401

Sem pagar aluguel, casal investe em negócio próprio

Um dos locais mais movimentados da Ocupação Contestado é o bar do casal Índio e Saulita Cardoso. Às 18h de um domingo, o local está cheio, entre pessoas jogando sinuca, tomando cerveja ou simplesmente conversando e ouvindo música com o som do carro. Só não pode exagerar no volume: "Tem muita gente que chama a polícia por causa do barulho. Outro dia, vieram aqui porque aconteceram 16 ligações, e eram 20h ainda" reclama Índio. Quem não manera no volume, por outro lado, são as dezenas de crianças que passam correndo, gritando e brincando.

Presença garantida na mercearia, os pequenos compõem uma parcela significativa dos consumidores: só em cinco minutos de conversa com o *Zero*, Saulita vendeu dois pirulitos, duas rapaduras, três chocolates Batom e algumas balas. Tudo registrado no caderninho do fiado, inteligível apenas para a dona do negócio. Conta que já conhece "todas as crianças, sempre anoto e depois os pais vêm pagar. Às vezes meus filhos ficam atendendo e aí me chamam 'mãe, é filho de quem esse?' Já sei todos."

Vender fiado é um dos motivos do sucesso do bar e também uma das razões que levaram à sua cria-



Bar de Saulita é muito procurado dentro da Contestado por vender fiado

ção. Índio, que também trabalha na construção civil, conta que além de complementar a renda, o casal tinha outro desejo quando criou o bar: queriam ajudar a comunidade. O negócio fica no centro da Ocupação e facilita as compras dos moradores, além de servir como ponto de encontro e local pra cafés da manhã, almoços e jantares. Com preços semelhantes aos de mercados formais, o método de pagamento é atrativo: o fiado é acertado de acordo com o recebimento do salário. Pode ser semanal, quinzenal, mensal. Índio considera que está contribuindo com a comunidade e vê o reflexo disso: "todo mundo percebe, aí ajuda e paga certo, sem atraso."

O caso de Saulita e Índio, embora chame a atenção, não é exceção. Para famílias que comprometiam,

na média, entre um quarto e dois terços do orçamento mensal com locação de moradia, deixar de pagar aluguel representa um incremento considerável na renda.

Diversos moradores contam que tinham de fazer uma escolha: pagar o aluguel ou comer. Incapazes de lidar todo mês com o dilema, sair da moradia formal torna-se uma alternativa. As necessidades financeiras superam as inconveniências, como falta de saneamento básico, espaços pequenos e insegurança jurídica sobre a propriedade da própria casa.

**Nomes fictícios para preservar a identidade dos entrevistados*

Gabriel Shiozawa
gabrielshiozawa@gmail.com
Mateus Vargas
mateusbandeiravargas@gmail.com

Medo ronda ocupação

Todos os moradores de ocupações receiam expulsão violenta. Na Palmares, diversos barracos já foram derrubados pela polícia. A última ação ocorreu na segunda de Carnaval, quando policiais militares com spray de pimenta e balas de borracha derrubaram uma moradia. Moradores reagiram indo à Prefeitura e conseguiram um termo que impede a entrada da polícia.

Já a Contestado surgiu a partir da promessa de campanha do ex-prefeito de São José Djalma Berger, que, em 2012, autorizou 120 famílias a ocuparem terreno do bairro José Nitro em troca de votos. Após a derrota nas urnas, as famílias receberam prazo de uma hora para retirar os pertences das casas e foram despejadas pela PM. Pela falsa promessa, Berger foi condenado pela Justiça Eleitoral e está inelegível por oito anos. Os desalojados foram para um ginásio e, por fim, ao terreno que ocupam atualmente no bairro Serraria. A atual gestão garante a permanência dos moradores no terreno enquanto busca espaço para construir moradias.

A Amarildo é a de maior repercussão. De dezembro a abril, 750 famílias ocuparam o terreno à margem da SC-401. Os moradores foram transferidos para Maciambu, em Palhoça. Tentaram ocupar outra área, no bairro do Rio Vermelho, mas foram expulsos em menos de 24h. Podem seguir para Canórnhas. "A mesma sociedade que atrai a construção civil [função da maioria dos ocupantes] como área da economia que seria benéfica à cidade, nega a forma da profissão se reproduzir: a força de trabalho. É das contradições mais terríveis. O ganho da construção civil é privado, já o ônus é do Estado", diz Elson Pereira sobre a reação às ocupações. "O ideal para muitos seria que os trabalhadores existissem durante as 8h de trabalho, depois evaporassem. Só serve enquanto fornecedor de mão-de-obra. Como cidadão, humano e morador de Florianópolis, não."

Maconha volta à pauta

Congresso avalia projetos de lei contrários e favoráveis à legalização da droga e reacende antigas discussões sobre tabu, liberdade e violência



Enquanto Legislativo estuda alteração e criação de leis sobre o tema, a sociedade brasileira discute as consequências de uma nova política de drogas

O debate acerca da legalização da maconha ganhou o mundo após a iniciativa do governo de José Mujica no Uruguai, e, no Brasil, se acirrou inclusive nas instâncias legislativas, com o projeto de lei do deputado federal Jean Wyllys. O texto proposto pelo psolista regularia "a produção, a industrialização e a comercialização da Cannabis" e derivados. Por trás do projeto de lei está o pensamento de que é vã a tentativa de eliminar o consumo de maconha na nossa sociedade e que através da legalização é possível regulamentar o mercado e minimizar alguns danos que ele causa ao país e à população. Seria possível, por exemplo, monitorar a qualidade da droga que é consumida pelos usuários e enfraquecer traficantes que, com a maconha fora da ilegalidade, teriam uma substância a menos para contrabandear e comercializar.

A atual proposta de Wyllys não surgiu do nada, foi "apensada" -- palavra usada no legislativo para denominar textos fortemente relacionados -- a um outro projeto de lei que dispõe sobre cultivo, comércio e uso de maconha no território nacional. Este, apresentado pelo deputado do PV do Rio de Janeiro

ro Eurico Junior, não continha, por exemplo, a parte que anistiará pessoas condenadas por crimes de tráfico de drogas que não envolveram conduta violenta, uso de arma de fogo, ameaça, atuação transnacional, entre outras ressalvas. Ainda não houve apreciação em plenário.

Durante boa parte do século XX, além do comércio, o uso de substâncias ilícitas era combatido com "penas que determinavam a exclusão dos usuários do convívio social, propondo sua permanência em prisões, sanatórios e, a partir da década de 1970, em hospitais psiquiátricos", segundo o artigo "Fragmentos da história da atenção à saúde para usuários de álcool e outras drogas no Brasil: da Justiça à Saúde Pública" -- texto de 2006, de Ana Regina Machado e Paulo Sérgio Carneiro Miranda, especialistas da área. Era um reflexo direto das diretrizes definidas na Conferência de Haia, acordo diplomático que estabelecia políticas em diversas áreas assinado pelo Brasil em 1911. A preocupação mundial que culminou com o tratado girava em torno, principalmente, do ópio, da heroína e da cocaína.

A ideia de redução de danos que permeia o projeto de Wyllys não é iné-

ditada nas políticas de drogas do Brasil. A partir do final da década de 80, na época da redemocratização, o Conselho Federal de Entorpecentes (Confen) passou a dividir suas preocupações entre a repressão e a prevenção de outros problemas. Em 1994, por exemplo, emitiu parecer favorável a um programa de troca de seringas, que visava

Criminalização da substância evidencia disputa ideológica entre projetos de lei

diminuir a transmissão de vírus HIV entre usuários de drogas injetáveis, gerando desgastes políticos. Em 1998 o Confen foi substituído por um novo órgão, o Conselho Nacional Antidrogas (Conad), mas a política de redução de danos continuou coexistindo com a repressiva.

Em 2006, foi instituído através da lei 11.343 o Sistema Nacional de Políticas Sobre Drogas, que dá grande ênfase à prevenção do consumo de entorpecentes. O Conad continuou com a

mesma sigla mas passou a se chamar Conselho Nacional de Políticas Sobre Drogas. Nesse texto, usar substâncias ilícitas já não aparece entre as tipificações de crimes relacionados ao tema. Em 2010, o então presidente Lula decretou o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas, que prevê atuação integrada dos governos Federal, Estaduais e Municipais.

Em contraponto à tentativa de legalização, tramita no Senado uma proposta de endurecimento da política de drogas, apresentada em 2010 pelo deputado Osmar Terra, do PMDB, e aprovada em votação na Câmara ano passado. Por trás deste projeto, está a ideia de que não há acordo com as drogas, sendo através da repressão a única maneira razoável de lidar com essa realidade -- a não ser ao usuário, que segundo o deputado deve ser tratado como portador de um problema de saúde e não um criminoso. O texto, se aprovado como está hoje, autorizaria a internação compulsória de usuários e aumentaria penas de crimes relacionados ao tráfico.

Caio Spechoto
caio.spechoto@gmail.com



Consumo é influenciado por motivações divergentes

Alguns entrevistados disseram que fumam para relaxar, enquanto outros usam para se concentrar nos estudos e conseguir bons resultados em provas

Estereótipos não explicam consumo

O perfil de quem fuma é variado, só tem em comum o gosto pela Cannabis

Se você fosse conversar com pessoas que consomem regularmente maconha, e perguntasse por seus hábitos e preferências, rapidamente perceberia que elas não fumam do mesmo jeito, ou pela mesma razão. Tem gente que fuma para estudar, assim como para relaxar e dormir mais tranquilo. Uns fumam muito, e compram. Outros nem tanto. Fumam de vez em quando. Tem aqueles que plantam e, assim, garantem uma substância livre de aditivos, 100% orgânica. Por mais que se tente, os estereótipos, na realidade, não dizem muito. Aliás, não dizem nada. O perfil de quem usa a droga varia. O usuário pode ser um médico, estudante ou empresário. Em comum mesmo? Só a maconha.

A reportagem chegou na casa de Marina* bem na hora do almoço. O namorado, com quem mora, fechava um baseado. Os dois fumaram ao fim da

entrevista. Na conversa, ela contou que aprecia fumar antes da comida, que fica mais gostosa com a "larica" (termo popular que designa o aumento de apetite causado pela maconha). Mas comumente usa a droga para "relaxar os músculos do rosto" depois de um dia puxado de trabalho, pois diz ter que falar muito no serviço. Tem 28 anos e é funcionária pública, formada em Economia. Consome meio baseado por dia, quantia que sobe para um inteiro nos finais de semana. Ela e o parceiro compram 25 gramas da droga por mês. Marina diz que a substância não atrapalha seu dia a dia: "Eu sei os efeitos que ela tem no meu corpo, então não uso quando tenho que estudar ou

"Eu nunca passei da maconha, não curto outras coisas. Isso vai de cada pessoa"

trabalhar, porque não me concentro". Mas reconhece que costumava ser bastante contrária à ideia: "Eu associava com uns amigos que não faziam nada, sempre levavam geral na praça, e iam para a delegacia. Depois vi que isso é mais da postura da pessoa do que da droga em si."

Enquanto uns não conseguem se concentrar por conta da maconha, outros sentem exatamente o contrário. Rodrigo*, estudante de engenharia elétrica de 22 anos, fumava esporadicamente. No último semestre, resolveu

usar a droga para estudar. E dá certo? "Muito. Você vai até além do que a matéria está te propondo". Ele e o colega de apartamento fumaram também antes das provas. "Foi meu melhor semestre. Em matérias consideradas difíceis, tirei dez nas duas primeiras provas, nem precisei da terceira". Rodrigo e o colega compram dez gramas a cada duas ou três semanas. Com relação à dependência, diz que tem, "assim como Facebook, sabe? A pessoa vai pra roça e não tem internet, aí ela fica 'nossa, que chato'. É psicológico, passa um dia e acostuma".

Em um condomínio de luxo de Florianópolis, Priscila* nos recebeu na área da piscina. Sentada no chão, respondia às perguntas enquanto trocava a fralda de seu filho. A estudante de Gastronomia de 24 anos fuma cerca de 25 gramas por mês. Durante a gravidez reduziu a quantidade, mas não parou. "Fumava praticamente a mesma coisa que fumo hoje. Mas fumo aos poucos, fecho um e, às vezes, demoro dois dias para terminar. Porque tu tem que ficar atenta, o bebê te cobra isso. E tem outras coisas pra fazer. Gosto muito de fumar e sair, ver um verde, passear com meu filho. Fica tudo mais lindo."

Priscila fuma há nove anos e não considera a droga prejudicial, desde que o uso seja consciente, com quantidade e frequência moderadas. Ela diz que chegou a consumir até 30 baseados por dia, o que causava esquecimentos e a deixava desorganizada: "Eu perdia muita coisa e acabava não ligando. Perdia a identidade e fumava um. Pensava 'ah, perdi minha identidade', e fumava outro. Aí pensava 'e quem precisa de identidade?'. Esse é o problema, não dá para ser tão banal". Mesmo tendo reduzido de 100 para 25 gramas por mês, Priscila sente dependência, e não parou durante a gravidez que ia vir eu já fiquei com vontade". Como estratégia para reduzir o consumo, estabelece tarefas que devem ser feitas antes de fumar, assim adia o momento, só usando a droga uma vez ao dia, às vezes, menos.

Para Augusto*, a maconha também é hábito diário. Aos 21 anos, o operador comercial consome um baseado por dia, enquanto caminha para casa depois do trabalho. Ao contrário de Priscila, não se sente dependente. "Faz uma semana que não fumo. Voltei de férias, meu salário veio desfalcado, e como estou mal de grana, não fui atrás". Pondera que a planta pode servir como entrada para outras drogas, mas que isso depende de cada pessoa: "Eu nunca passei da maconha, não curto outras coisas. Isso vai de cada um, a maconha não tem culpa de nada, coitada", desconfia.

Dono de uma casa de samba na ilha, Vitor*, 22 anos, fuma há dez. "Uso como remédio para dormir. Como trabalho à noite, tomo energético para aguentar, e tenho insônia". O "descanso" sai em torno de R\$ 150 mensais, suficiente para comprar entre 30 e 50 baseados. Considera-se dependente, principalmente pelo efeito tranquilizante. "É um vício como o cigarro, até porque a maconha que a gente compra vem com muitos aditivos. Já fui viciado em cigarro e sinto que é a mesma necessidade."

Aline*, que é doutoranda, discorda. "Sei que não sou dependente da maconha porque fui de cigarro e não conseguia ficar um dia sem. Já a maconha posso ficar, como já fiquei, meses sem". Ela consome a erva desde os 16 anos, de três a quatro vezes por semana. O marido, João*, professor universitário, fuma diariamente depois do trabalho. Ela gosta do efeito para cuidar do jardim, cozinhar, mas também já fumou para inspirar a redação da dissertação de mestrado e de artigos científicos. Para não se expor ao risco de ir a uma boca de fumo, o casal comprava de um rapaz do bairro. Mas ao descobrirem que ele tinha 17 anos e havia parado de estudar, começaram a plantar. Aline diz que o plantio, além de não financiar o tráfico nem o envolvimento de menores, é a garantia de que a substância virá sem misturas, pois já teve a desagradável surpresa de comprar

Priscila continuou fumando, mesmo durante gravidez

maconha prensada com baratas.

Os amigos sabem que ela e João usam a droga e "a maioria deles, trabalhadores, pesquisadores, profissionais respeitados, responsáveis e reconhecidos em suas áreas, também fumam", diz Aline. Em uma noite de sexta-feira, os dois receberam um desses amigos e compartilharam a produção da casa. João bebia cerveja e fumava com o colega que, ao experimentar a maconha caseira, se impressionou com a qualidade. O elogio arrancou sorrisos do casal. Aline passou café, serviu pão depois do trabalho. Ao contrário de Priscila, não se sente dependente. "Faz uma semana que não fumo. Voltei de férias, meu salário veio desfalcado, e como estou mal de grana, não fui atrás". Pondera que a planta pode servir como entrada para outras drogas, mas que isso depende de cada pessoa: "Eu nunca passei da maconha, não curto outras coisas. Isso vai de cada um, a maconha não tem culpa de nada, coitada", desconfia.

*Nomes fictícios para preservar a identidade dos entrevistados.

Luisa Tavares
luisatavares.m@gmail.com
Raissa Turci
raissa.turci@gmail.com

Legalização estimularia o consumo

Contrários à liberação da droga preveem aumento de usuários e danos à saúde pública

A naturalização do uso, o aumento dos gastos com saúde pública e a imaturidade social são alguns dos argumentos daqueles que não concordam com a descriminalização da produção, distribuição e consumo da maconha no Brasil. Numa balança dividida, sobretudo por ideologias, quem é contra resalta a carência de argumentos técnicos, principalmente na área médica, nas discussões sobre o tema.

Popularizado entre os defensores da descriminalização, o conceito de "droga leve" associado à maconha não tem validade para os profissionais que atuam no tratamento de dependentes químicos. Para determinar a "leveza ou peso" de uma droga é necessário estabelecer comparações entre as substâncias e seus efeitos, como a capacidade de dependência, efeitos colaterais violentos ou a possibilidade de

transtornos psicóticos causados pelo abuso. E por causar estes transtornos, ela é considerada uma droga perigosa por uma parcela de especialistas.

"A descriminalização naturalizaria o consumo", avalia Tadeu Lemos, professor do Departamento de Farmacologia da UFSC, com 20 anos de experiência no tratamento de dependentes químicos. "As drogas que se inserem com mais facilidade geralmente são as que determinam o início de um comportamento de uso. Hoje em dia, as primeiras drogas com as quais as pessoas têm contato são o álcool, o tabaco e a maconha". O professor esclarece que, legal ou ilegal, a maconha é uma droga e deixa o usuário exposto ao vício. "É preocupante a necessidade de usar uma substância para modificar o comportamento, trazendo 'benefícios' que a pessoa não tem sem o uso da substância".

O possível estímulo ao consumo provocado pela descriminalização da maconha pode ter como consequência direta o aumento do número de

dependentes químicos no país. "São 40 milhões de dependentes de álcool e tabaco, que é lícito, e sete milhões de dependentes de drogas ilícitas. Por que essa diferença toda? Porque são drogas ilícitas. Se fossem liberadas, se pudesse comprar no bar da esquina, esse número seria muito maior que 40 milhões", calcula o deputado Osmar

Terra (PMDB-RS), autor do Projeto de Lei nº 7.663/10, aprovado pela Câmara e em análise no Senado. O projeto altera a Lei 11.343, de 2006, ao instituir a internação compulsória de dependentes químicos e propor o endurecimento de penas aos condenados por tráfico de drogas. "Tem muito sociólogo dando palpite nesse negócio e pouco médico falando. Quem lida com a doença tem que falar. Tem gente que acha que é opção. Não é opção, é doença!"

Segurança Pública

Deixar nas mãos do Estado o cultivo, distribuição e venda da maconha é, para os entrevistados, impensável num país como o Brasil.

Suas extensas e mal controladas fronteiras facilitam a entrada e posterior circulação de drogas no território nacional. Com a descriminalização, o único trabalho dos traficantes seria pensar em novas formas de contrabando — uma vez que a maconha teria um preço mais acessível no mercado negro — ou, em últimos casos, ofertar um novo produto, afirma o delegado da Divisão de Repressão a Entorpecentes da DEIC de Santa Catarina, Claudio Monteiro.

Outro motivo levantado é a "imaturidade social" do brasileiro. Tadeu Lemos compara a maconha com uma droga regulamentada, o álcool. "Menores de idade não podem comprar nem usar álcool. Tudo isso está na lei. Isso efetivamente ocorre no nosso país? Não damos conta disso, daremos de mais uma? Por princípio eu sou totalmente favorável ao livre arbítrio, mas precisamos de uma maturidade social pra isso". Já Claudio Monteiro pensa que "nós não somos 'evoluídos' o suficiente pra trabalhar com esse tipo de operação". Sobre o exemplo do Uruguai, onde o presidente José Mujica assinou,

Na contramão de descriminalizar, Claudio Monteiro e Osmar Terra propõem soluções diferentes para o controle do consumo da maconha. "O usuário é um dos grandes fomentadores do crime. É ele quem financia o tráfico de drogas. Eu não aumentaria a pena de reclusão, até porque nosso sistema carcerário já se mostrou ineficaz. Foi pego com droga? Vai pra delegacia de polícia. Que seja mil, dois mil reais. Não tem dinheiro pra

pagar? Aí sim, vai preso", opina Monteiro. As consequências sociais da criminalização da maconha, como o aumento da população carcerária de "um sistema ineficaz" não preocupa de imediato o deputado Osmar Terra. O parlamentar afirma que um aumento na repressão, como prevê seu Projeto de Lei, que altera de cinco para oito anos a pena por tráfico de drogas, é uma solução eficaz. A conta, para o deputado, é simples. "Ao fazer uma política dura, rigorosa, tira-se a droga da rua e, consequentemente, diminui a epidemia", afirma Terra, dando como exemplo um decreto de proibição das drogas assinado há 40 anos no Japão. Para o deputado, a violência causada pelo consumo de drogas não tem como consequência apenas o tráfico. "[Com a descriminalização] vai ter muito mais gente sem controle de impulsos, surrando a mulher em casa, matando a pessoa por uma questão banal num bar ou outro lugar de consumo. Não tenho dúvida disso".

Voluntário há cinco anos na Associação Catarinense de Interação Familiar (ACIFAM), Antonio Basso tem dificuldade em mensurar o impacto que descriminalizar a maconha causaria à população. No grupo de apoio aos familiares de dependentes químicos, as histórias se repetem. "Ouvimos relatos todos os dias de pessoas com familiares que começaram com a maconha", afirma Basso. "A descriminalização só complicaria essa situação. Ainda mais num país que não possui políticas públicas efetivas em relação ao tratamento dos dependentes químicos."

Aprovado na Câmara, projeto pela internação compulsória será votado no Senado

no início do mês, um decreto que legaliza a maconha no país, Osmar Terra é categórico: "É uma piada! Essa lei do Uruguai é uma piada!" Para o parlamentar, se o controle do consumo da maconha não é alcançado com a proibição, a legalidade não mudará esse cenário. "Não tem como funcionar. A população do Uruguai ainda vai se envergonhar desse período da história que está vivendo", sentenciou Terra.

Lei atual é imprecisa nas definições

Regras brasileiras obedecem acordo de 1972 e não dizem objetivamente o que é tráfico

Em 1972, durante o governo Geisel, foi assinado o decreto nº 90, no qual se aprova o texto da Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas, das Nações Unidas. Assinado pelo Brasil, em 21 de fevereiro de 1971, em Viena. Esta convenção definiu quais as substâncias seriam consideradas ilícitas para os países participantes e como os mesmos deveriam proceder diante de questões como combate ao abuso de substâncias psicotrópicas e a ação contra tráfico ilícito das mesmas. A legislação brasileira atual data de 2006 e ainda se refere à Convenção de Viena. O texto reúne 33 artigos e a lista de substâncias consideradas ilícitas, que deverá ser atualizada periodicamente.

O Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, instituído pela Lei 11.343, prevê modos distintos de tratar usuários destas substâncias e quem pratica seu tráfico ilícito. Para o usuário se prevê "a prevenção do uso indevido, a atenção e a reinserção social." Para o traficante, "a repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas."

A lei determina que o usuário irregular pode "receber advertência sobre os efeitos das drogas; ser condenado a prestação de serviços à comunidade ou a medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo". Caso a pessoa se recuse a cumprir as penas previstas, injustificadamente, o juiz poderá submetê-la a advertência verbal e multa. Os usuários têm direito a disposição de tratamento especializado gratuito.

A lei não estipula a quantidade máxima de substância psicotrópica que difere porte e consumo. Assim, cabe ao juiz determinar de acordo com a "natureza e quantidade de substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente." Se o porte é entendido como tráfico é punido com prisão e multa, de acordo com o que prevê a legislação em cada caso específico.

Luciana Paula Bonetti

lucipbs@gmail.com

Tainara Rosa

tainara.silvarosa@gmail.com

Legislação da maconha pelo mundo

Estados Unidos: a maconha é ilegal em nível federal, mas 20 estados do país legalizaram a droga para fins medicinais

Portugal: a posse de maconha é limitada a 25 gramas de erva e 2,5 gramas de óleo de cannabis. O limite é definido por 10 doses diárias

Holanda: a partir dos 18 anos é permitido comprar a droga em lojas registradas, mas é proibido fumar maconha em locais públicos

Israel: a maconha é ilegal, mas sua utilização terapêutica foi liberada depois de 1993

Canadá: o primeiro país no mundo a permitir o uso medicinal. Os canadenses podem cultivar e consumir a erva com apresentação de receita médica e autorização emitida pelo governo

Espanha: existem associações sem fins lucrativos para distribuição de maconha. Os associados podem retirar cerca de 20 gramas por semana

Uruguai: a lei permite que maiores de 18 anos comprem até 40 gramas de maconha por mês em farmácias cadastradas. Também é permitido o cultivo de até seis plantas em casa

Violência atrapalha a reabilitação

"Se o policial tiver alguma postura violenta, repressiva, pode afastar ainda mais aquela pessoa de procurar ajuda no serviço público de saúde ou de assistência social," foi o que disse Leon Garcia, diretor de articulação da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), respondendo a pergunta de um agente de segurança de Santa Catarina, que buscava informações sobre como melhor proceder diante de usuários de drogas. "O caminho que temos que seguir é o da orientação e do vínculo. Conseguir construir um vínculo de confiança que leve esta pessoa até a busca de cuidados."

O diálogo se deu durante a 1ª Teleconferência do curso Prevenção dos Problemas Relacionados ao Uso de Drogas – Capacitação para Conselheiros e Lideranças Comunitárias

Para diretor do SENAD, o melhor jeito de lidar com usuários é por orientação e confiança, e não reprimindo

– 5ª edição, organizado pela SENAD junto ao Núcleo Multiprojeto de Tecnologia Educacional (NUTE) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), evento que ocorreu em novembro do ano passado, quatro meses antes do conflito entre a Polícia Federal e a comunidade acadêmica da UFSC.

O diretor também divulgou um curso oferecido pelo Ministério da Justiça junto aos estados destinado a capacitar agentes de segurança.

Para defender a eficácia da política promovida pela SENAD, Garcia cita exemplos do estado de São Paulo, em que usuários de drogas buscaram ajuda após abordagem policial não violenta.

A pedagoga Jamile Soares dos Santos, especialista em Atenção Integrada ao Usuário de Álcool e outras Drogas, ressalta que a violência das abordagens policiais tem "cor e lugar."

Ela defende que em quaisquer ações com usuários de drogas é preciso "se despir dos próprios conceitos morais, de origem, de certo e errado, e se colocar no lugar do cuidado."

Efeitos de psicotrópicos

Segundo Jandira Mansur, psicóloga e autora da obra *O que é toxicomania*, substâncias psicotrópicas são aquelas que atuam no Sistema Nervoso Central (SNC). Podem ser divididas, de acordo com seus efeitos, em três grupos: depressoras, estimulantes e perturbadoras.

Depressoras: diminuem a atividade cerebral. Exemplos desse tipo de droga são álcool, soníferos ou hipnóticos, os ansiolíticos, os opiáceos ou narcóticos e os inalantes ou solventes.

Estimulantes: drogas que aumentam a atividade do cérebro, como cocaína, crack, nicotina, cafeína e anfetaminas.

Perturbadoras: perturbam a atividade do SNC. Não produzem mudanças quantitativas na atividade do cérebro, fazem-no funcionar fora de seu normal, causando alucinações. Podem ter origem vegetal como o THC (contido na maconha), a mescalina, certos tipos de cogumelos, lírio, trombetaireira; ou origem sintética como o LSD-25, o Éxtase (ecstasy) e os anticolinérgicos.

Wyllys quer fim da guerra contra drogas

Deputado propõe legalizar maconha

Desde o início de seu mandato, o deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ) já pensava em um projeto para legalizar e regular a produção, o consumo e o comércio de *Cannabis* e derivados da substância no Brasil. A redação do Projeto de Lei nº 7270/2014, apresentado em março deste ano, trata de pontos importantes como a quantidade de aquisição por pessoa, a qualidade do produto e as liberdades individuais e autonomia sobre o próprio corpo, além de prever políticas públicas que dão suporte psicológico aos usuários abusivos e suas famílias. Para o deputado, o Brasil deve estar preparado para discutir o tema que interessa toda sociedade. A guerra às drogas, segundo ele, representa um custo muito alto para o país. No fim do projeto, Jean resume seu objetivo: “Quanto mais tempo demorarmos, mais gente vai morrer inutilmente e mais jovens vão ter seu futuro trancado”.

Zero: Estamos em um período histórico e contexto político de maior abertura quanto às drogas, com a questão do Uruguai e até mesmo dos Estados Unidos. Isso te motivou a lançar o projeto nesse momento?

Jean Wyllys: Na verdade, eu comecei esse projeto em 2011. Na época, dei entrevista para revista *Trip*, cujo tema era uma nova política de drogas. Estavam atrás de figuras públicas que falassem abertamente e que fossem a favor da regulamentação. Quando falamos em uma nova política de drogas, falamos basicamente em nova política para a maconha, já que 80% dos consumidores de drogas ilícitas no mundo, segundo a ONU, são consumidores de maconha. Como jornalista, trabalhei em diferentes matérias em torno dessas questões. Sei da realidade dos efeitos dos psicoativos nas pessoas e eu estava muito a par da realidade a ponto de defender publicamente essa política. Durante esse tempo, houve a maturação do projeto, porque eu não poderia oferecer qualquer projeto. Eu tinha que conhecer as realidades de outros países que têm uma política de drogas diferente da guerra, como Portugal, Espanha, Holanda... O Uruguai botou em votação o projeto, o que foi muito bom. Então se criou uma cultura hoje, mundial, que envolve os próprios Estados Unidos, que são um país que liderou a guerra às drogas e que ainda lidera, mas que hoje reconhece que a resposta dada até agora não foi a melhor resposta. Apresentei o projeto depois da maturação, e durante esse tempo emergiram esses fatos que eu acabei de narrar para você. Acho que foi o momento ideal pra apresentar.

E como é lidar com esse tema polêmico que envolve liberdade, direito, tráfico e crime? Você já recebeu algum tipo de ameaça?

Por enquanto, não. No que diz respeito à legalização, ficou só nos insultos. Ameaça eu recebi por conta do tema da sexualidade, do casamento igualitário, por exemplo. Não é fácil lidar com esse tema, mas eu não esperava mesmo que fosse fácil. Eu toco em preconceitos profundamente arraigados nas pessoas. O cara que se entope de uísque não pensa na contradição do comportamento dele. Ele se acha no direito de falar mal do cara que usa maconha de forma recreativa. E se você perguntar por quê, ele vai lhe dar uma série de clichês que não são verdades. Ele vai dizer: “Ah, porque maconha faz mal”. Ora, meu amigo, o álcool faz muito mais mal que maconha, para a saúde, mas você está bebendo, certo? “Ah, mas faz mal, vicia”. Ué, o álcool vicia também e você está bebendo. Então, qual é a diferença? Quero dizer, levar as pessoas a pensarem nas suas próprias contradições é um trabalho difícil. As pessoas gostam de estar em suas zonas confortáveis, e quando chega alguém para tirá-las dessa zona, nem sempre a reação é positiva. Mas eu também não me amedronto, não. Não sou do tipo de cara que se deixa amedrontar.

E qual que é a tua maior motivação para elaborar o projeto: o uso medicinal ou o uso recreativo?

A minha principal motivação é a violência. O número de mortes decorrentes dessa guerra é enorme. A criminalização da pobreza é algo assustador no país, a ponto de hoje uma pessoa que seja negra, jovem e que more na periferia ser potencial-

mente um cadáver. Essa pessoa sai hoje de casa e não sabe se vai voltar por causa dessa guerra às drogas. Houve uma associação entre pobreza, negritude e criminalidade. E as periferias e favelas no país viraram territórios identificados por territórios de tráfico, porque isso justifica que a polícia esteja lá, sem se perguntar quem é traficante e quem não é. Vou falar do garoto de 16 anos que vive do comércio de maconha... Eu acho injusto que o destino dessa pessoa seja a cadeia, porque ele sai pior do que ele entrou, enquanto ele estava ali fazendo uma opção pelo emprego. Não há mesmo uma chance de em-

“O cara que se entope de uísque não pensa na contradição do pensamento dele”

pregabilidade, não há uma política de geração de emprego e renda para as pessoas mais pobres. Elas são alijadas do direito da educação, porque têm que trabalhar muito cedo. Então não acho que a melhor resposta que o Estado pode dar é trancar essa pessoa na prisão, uma pessoa que vive do comércio de maconha. Para que essas pessoas trabalhem de maneira legal, como hoje se vive do comércio de tabaco, a maconha deve ser legalizada.

Você postou no Twitter, no dia 26 de março, sobre o que aconteceu na UFSC quando a PF entrou para fazer uma operação e acabou prendendo um usuário de maconha. Você acompanhou o caso? Qual é a sua opinião?

Eu acompanhei, achei um absurdo. Quer dizer, essa resposta é a melhor? Prender o garoto? Inclusive invadindo a autonomia da Universidade? A Universidade é um espaço autônomo, federal, por isso só a polícia federal pode entrar, a polícia estadual não pode invadir o território de uma universidade federal. Ele era usuário recreativo de maconha, quer dizer que nesse país as pessoas que se entopem de álcool, as pessoas atropelam as outras, combinam o álcool com o volante, apesar da lei seca, e o usuário de maconha é tratado dessa maneira, criminalizado dessa forma. É esse o futuro que a gente quer garantir pra nossa juventude? Não dando a ela o direito de fazer escolhas responsáveis e arcar com as consequências de suas escolhas, do exercício de sua liberdade, prendendo ela por causa de um baseado? É a melhor resposta? Não é, claro que não.

Jean, em algum momento da sua vida você já teve contato? Você já fumou maconha?

Claro que sim. Na minha época de faculdade eu fumei, como todo aluno de faculdade fuma dentro das suas experiências e descobertas. E isso não me trouxe nenhum dano colateral. Minha mãe e meu pai fumavam cigarro e meu pai abusava do álcool. E o fato de meu pai ter morrido em decorrência do tabaco e de ter sido alcólatra nunca me levou a defender publicamente que o álcool e o tabaco fossem proibidos e que as pessoas que vivem do comércio de álcool e tabaco virassem traficantes perseguidos. Não quer dizer que toda pessoa que faça uso do tabaco vá morrer de câncer e nem que toda pessoa que faça uso do álcool irá fazer uso problemático dele. E com a maconha eu tive contato da época de faculdade, mas

isso não me deixou esquizofrênico, não me viciou e outras pessoas não se viciaram. Eu deixei de fumar e depois não voltei a fumar. E quando for legalizado, talvez eu volte a fazer uso recreativo. Mas só quando for legalizado.

E quais são as expectativas da aprovação do projeto?

As melhores possíveis. Eu sou uma pessoa esperançosa e eu tenho que ser sempre. Mas além da esperança, eu também sou um cara da ação. A minha expectativa é que na próxima legislatura, estando eu nela ou não, ele seja aprovado. Acho que a gente vai amadurecer ao ponto de aprovar, porque a sociedade vai compreender, vai ouvir os argumentos e vai entender que o discurso proibicionista só piora. O curso da guerra às drogas é muito mais nocivo para a sociedade. Quem, em sã consciência, vai optar sofrer os efeitos da quimioterapia e não vai usar um derivado de cannabis para suportar esses efeitos? E mesmo as pessoas que fazem o uso recreativo da maconha vão sair do armário, vão assumir publicamente: “Olha, eu fumo e quero o direito de comprar uma maconha sem sangue. Quero o direito de plantar na minha casa, de poder comprar na farmácia, não quero ajudar o narcotráfico a ficar mais poderoso do que ele já é.” É isso, as pessoas vão ter essa consciência e no fim da próxima legislatura, estamos falando aí em mais de quatro ano né, a gente vai conseguir aprovar.

Murici Balbinot
muricibalbinot@gmail.com
Júlia Schutz
jwschutz@gmail.com

Profissionais apóiam uso medicinal

Para parte da classe médica, substâncias da *Cannabis* auxiliam tratamento convencional

O uso de substâncias derivadas da maconha já se mostrou eficaz quando usadas para tratamento de pacientes com doenças como a esclerose múltipla, doença de Crohn, epilepsia e transtorno de estresse pós-traumático. A *Cannabis* também apresenta resultados positivos quando usada para amenizar náuseas e enjoos provenientes do tratamento de câncer. Essa alternativa auxilia as pessoas que não respondem bem ao tratamento convencional. No Brasil, ainda não há regulamentação para o uso da erva, mas a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) tem concedido autorizações para importação de medicamentos derivados da maconha em alguns casos específicos, para famílias que recorrerem à Justiça para solicitar uma permissão. Um desses casos foi o da menina Anny Fischer, 6 anos, portadora da síndrome CDKL5, que a fazia ter mais de 50 crises epiléticas por semana. Depois do tratamento com canabidiol, proveniente da maconha, o número de crises chegou a zero. A família importou a substância clandestinamente até ter o produto barrado na alfândega e, então, teve que recorrer à Justiça para a liberação da Anvisa.

No último dia 15, durante o 4º Simpósio da Cannabis Medicinal em São Paulo, o diretor-adjunto da Anvisa, Luiz Klassmann, anunciou que a agência pretende facilitar o processo de importação dos medicamentos com canabidiol até o final de junho, permitindo a prescrição pelos médicos através de receita normal. Na mesma data, o jornalista Ancelmo Gois publicou em sua coluna no jornal *O Globo* uma nota de apoio à legalização da maconha assinada por 86 médicos de várias regiões do

Nota de apoio à legalização tem 86 assinaturas, sendo três de Florianópolis

família e comunidade João Paulo Silveira e o médico residente de medicina de família e comunidade Thiago Morelli.

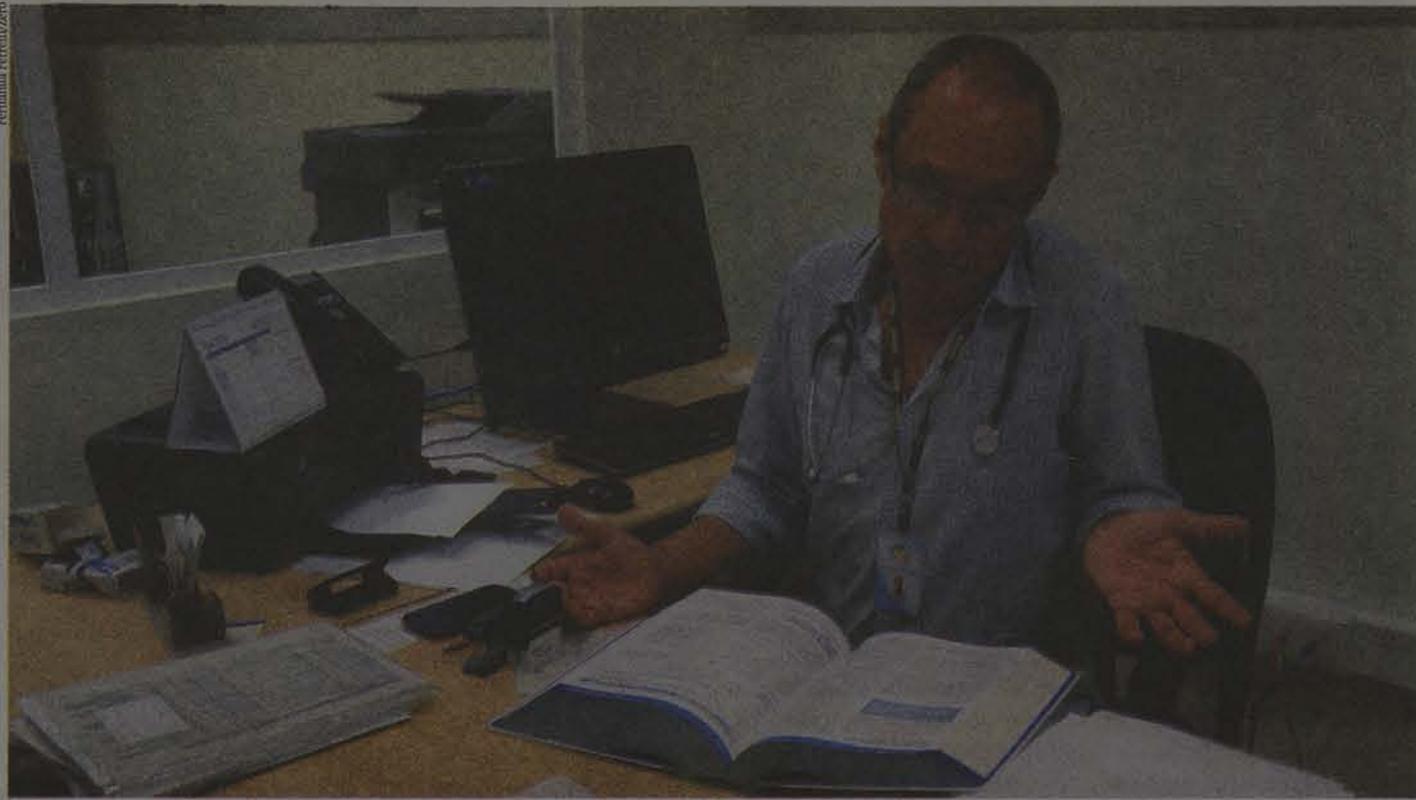
Morelli, 25 anos, acredita que este posicionamento público dos médicos a favor da legalização é importante porque são os profissio-

Brasil. A lista completa com o nome dos profissionais está disponível na página da coluna na internet, e entre os apoiadores da causa estão três médicos que atuam em Florianópolis: o infectologista Filipe Perini, o médico de

atendimento à população, são eles que lidam com pessoas vítimas de políticas antidrogas e eles que têm a possibilidade de um diálogo sobre esse tema com os pacientes. "Os médicos, especialmente, são os profissionais mais conservadores e que sofrem maior influência da indústria da doença. Temos que quebrar esse ciclo e demonstrar que nosso debate é pautado nas necessidades sociais do povo, e não no debate moral ou mercadológico que nos é apresentado", reflete.

O coordenador do curso de Medicina da UFSC, Carlos Pinheiro, acredita que não há razão para não regulamentar o uso medicinal

da maconha no Brasil e que discutir o tema é um atraso, já que vários países já permitem essa prática. "Cientificamente não há nenhum fundamento em proibir ou dificultar o uso medicinal para pessoas que são beneficiadas com isso", explica. A regulamentação é uma maneira de controlar o consumo e manter um controle de qualidade, como já se faz com outras substâncias que podem causar danos se usadas em excesso. Os danos e os benefícios do medicamento para determinado paciente são calculados pelo médico na hora da prescrição, e o mesmo seria feito com remédios produzidos com derivados da maconha, sendo uma droga considerada de baixo risco.



Coordenador do Curso de Medicina da UFSC diz que regulamentar é a forma mais eficaz de controlar consumo e qualidade da droga

Militante trabalha pela legalização

Expulso de casa aos 15 anos e organizador de ações sociais, inclusive no Movimento Passe Livre de Florianópolis, Lucas de Oliveira, 33 anos, é conhecido como "Presidente THC".

THC é alusivo ao composto Tetra-hidrocanabidiol, a principal substância psicoativa encontrada na maconha. Usada em grande quantidade, o THC torna-se o agente crucial na dependência.

Depois da descoberta de um câncer na tireoide, há dez anos, Lucas precisou fazer uso terapêutico do Iodo 131, específico para seu caso. Com o risco de causar alteração celular se em contato com outras pessoas, ficou recluso por 40 dias. Assim como os tratamentos de outros tipos de câncer, este também causa desconforto, náuseas, enjoos e falta de apetite. O objetivo desta terapia é erradicar os microfocos que não podem ser removidos cirurgicamente.

Como tratamento complementar, teve indicação de seu oncologista para fazer uso de maconha para controlar os efeitos colaterais, e também ser uma alternativa de calmante natural. Como no Brasil não há nenhum tipo de regulamentação para o uso medicinal, ele tem acesso à droga da maneira mais simples: fumando.

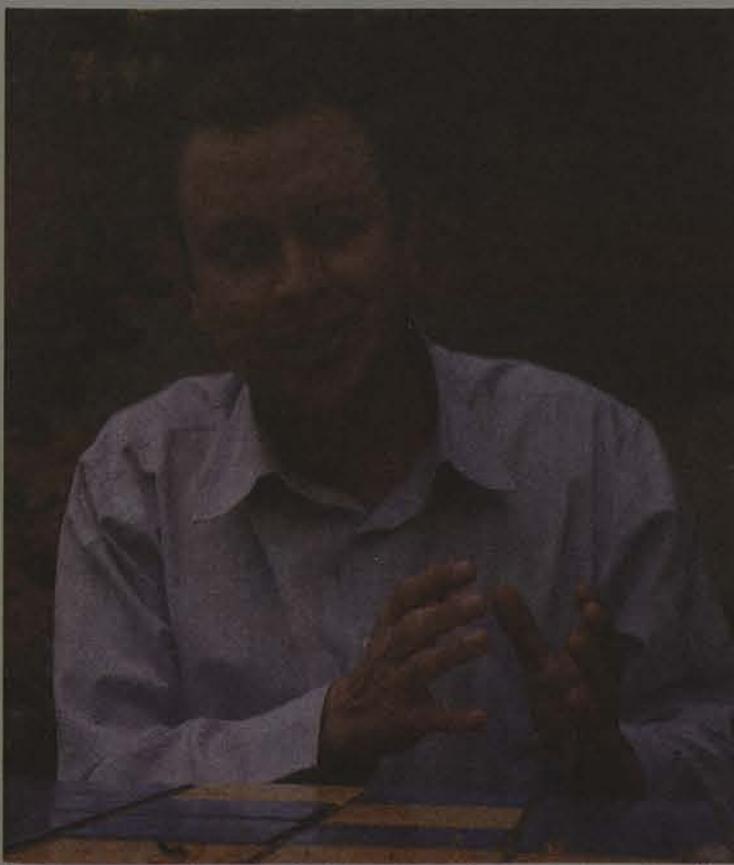
Além de todo esse histórico, Lucas é engajado em movimentos sociais favoráveis à legalização da maconha, principalmente para o uso fármaco. Defende ainda a importância de se obter regulamentação, controle de produção e armazenamento, dosagem do remédio e alerta de contra-indicações, da mesma maneira que qualquer outra droga fornecida pela indústria farmacêutica.

"Tem que legalizar inclusive para proteger a sociedade em geral. É necessário que se tenha um controle, porque existem pessoas com sín-

dromes sérias, esquizofrênicos que teriam muitas complicações se consumissem maconha de forma irregular, sem falar das crianças. Ninguém gostaria de presenciar, usando drogas psicotrópicas, não queremos incentivar isso", afirma Lucas.

Uma das vertentes estabelecidas pelo movimento é combater o estereótipo do maconheiro estabelecido culturalmente na sociedade, da pessoa vagabunda, que não possui aspirações na vida além de viver aquele momento. "Queremos que as pessoas vejam o maconheiro como aquele cara gente boa, compreensível. O pai que usa maconha é sempre mais amigo de seus filhos e compreende muito mais seus anseios", desabafa.

Amanda Simeone
amandasimeone1@gmail.com
Fernanda Ferretti
fernandaluisaf@gmail.com



"Presidente THC" fuma desde a descoberta de um câncer na tireoide



Terreno de 6 mil metros quadrados fica próximo a outra área desmatada, de 20 mil metros quadrados, pertencente à Casan. Suspeita é que dono fizesse um loteamento no local

Reserva no Rio Tavares é desmatada

Floram confirma ação irregular em Área de Preservação com uso limitado próxima à SC-405

Uma servidão estreita com residências humildes, às margens da SC-405, no bairro Rio Tavares, no sul da Ilha de Santa Catarina, termina em uma área desmatada de 6 mil metros quadrados, cercada por vegetação nativa e que pode ter como destino o parcelamento de terras para a venda de lotes.

Situada em Área de Preservação com uso limitado (APL), que não apresenta condições adequadas para suportar determinados usos, o terreno teve sua vegetação rasteira e arbustiva cortada e passou por processo de terraplanagem. "Não é coisa que foi feita hoje, já tem algum tempo. O aterro ainda está fresco", afirma Vilmar Darli Vieira, chefe do Departamento de Fiscalização Ambiental da Fundação Municipal do Meio Ambiente (Floram).

A denúncia do desmatamento foi feita no dia 6 de maio. Na mesma data, técnicos da Floram foram até o local e constataram a irregularidade. Parte da área já está aterrada e arbustos e terras estão empilhados em montes ao longo do terreno. Dois abrigos de madeira para guardar ferramentas são as únicas

construções levantadas. A Floram abriu um processo administrativo e o proprietário será multado, além de ter que replantar toda a área até o fim da ação. Além disso, o caso foi encaminhado à Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano (SMDU) para verificar a possibilidade de loteamento irregular.

Proprietário será multado e terá que reflorestar

Hercílio Jonathas Rosa do Amaral, morador do Rio Tavares, foi identificado como o proprietário do terreno. Ele tem até o dia 31 de maio para apresentar a defesa. Com a justificativa protocolada e o relatório do corpo técnico feito, o processo tem mais dez dias para ser enviado para uma lista de outros casos julgados pela Comissão de Julgamento da Floram – formada por técnicos, fiscais do meio ambiente e biólogos. A comissão vai definir o valor da multa e se o dono do terreno precisará executar

um Plano de Recuperação para a área degradada. A reportagem tentou entrar em contato com o proprietário, mas ele não atendeu às ligações.

De acordo com Marco Aurélio Abreu, diretor administrativo financeiro da Floram, o valor da multa depende do tamanho da área desmatada e das árvores. "Para fazer loteamento, tem que estar tudo regularizado. A Floram não autorizou. É crime. O valor vai de R\$50 mil a R\$50 milhões, é expressivo."

O desmatamento se encaixa no Artigo 64 da Lei de Crimes Ambientais, que proíbe a construção em solo não edificável, como a APL. A pena vai de seis a 12 meses de prisão, além da multa. Esse tipo de crime é um dos principais problemas de Florianópolis, que sofre com ocupações irregulares desde a década de 1970. Segundo dados da Floram, 111 autos de infração foram abertos apenas nos quatro primeiros meses de 2014.

Rafael Gomes
rafaelgomes.rgs@gmail.com

ICMBio embargou obra da Casan

Em outra rua, a poucos metros do terreno particular, uma placa fixada ao lado de um portão de madeira indica que ali é proibida a entrada de pessoas não autorizadas. Do outro lado, uma estrada de terra leva a outra área desmatada, com cerca de 20 mil metros quadrados. O terreno pertence à Companhia Catarinense de Água e Saneamento (Casan), que tenta desde 2008 utilizar o local para construir a Estação de Tratamento de Esgoto.

O projeto, do Consórcio Catarina San, parceria entre a Casan,

duas empresas nacionais e duas japonesas, está embargado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) desde 2008. O órgão alega que não foi consultado sobre a viabilidade técnica do projeto e que a obra não tem licença ambiental para a operação.

Em 2010, um termo de acordo foi assinado entre Casan, ICMBio, Fatma e Ministério Público de Santa Catarina para a implantação da rede coletora de esgoto, nas comunidades do entorno da Reserva do

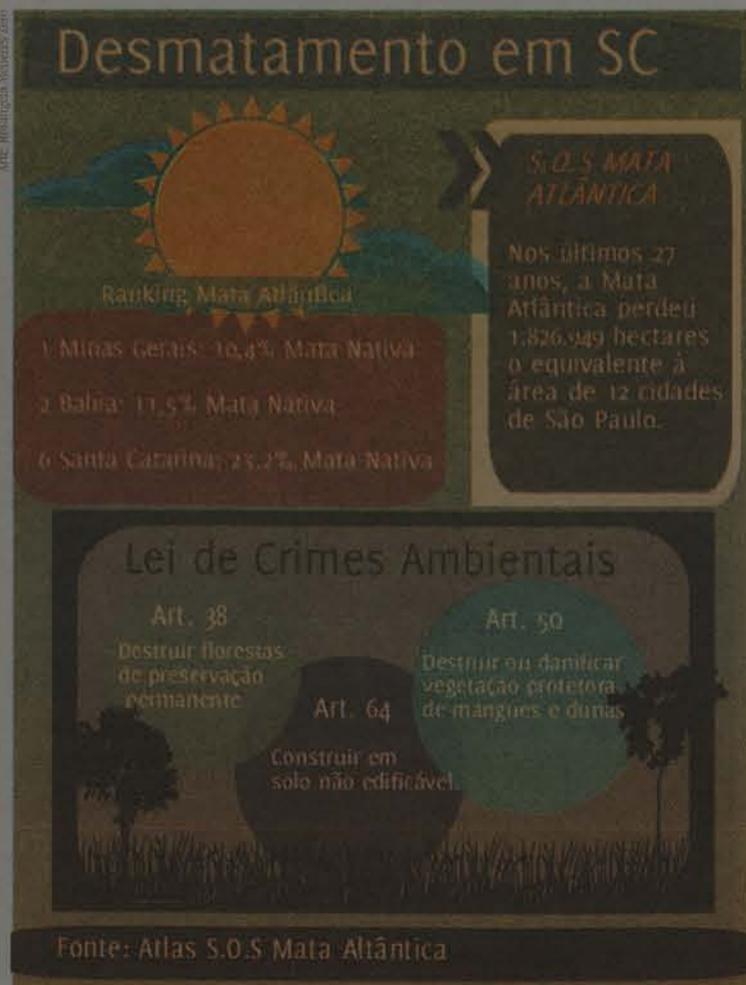


A estrada de acesso está fechada

Pirajubaé em três anos. O prazo chegou ao fim em 2013, mas os trabalhos ainda não foram concluídos.



Vilmar Darli Vieira afirmou que a derrubada da vegetação não é recente



Internet une saudosos da ditadura

Em grupo no Facebook, 31 mil apoiam Bolsonaro, Sheherazade e a volta dos militares

Enquanto alguns se lembram da ditadura vivida pelo Brasil de 1964 a 1985 como um período de ataque aos direitos humanos e a liberdade de expressão, há quem defenda a volta de uma intervenção militar como única solução para o país. É principalmente no Facebook que vários grupos convocam a população para ir às ruas contra o atual governo. A circulação de informações é frenética. Só a comunidade "Intervenção Militar - 2014" chega a divulgar 100 publicações por dia, quase três vezes mais que as atividades da também popular página da "Marcha da Família com Deus 2014" - movimento originalmente criado em 1964 e apoiado por grupos conservadores contra a "ameaça comunista".

O aeronauta Bruno Toscano Franco, 40 anos, é um dos organizadores da segunda edição da Marcha, ocorrida nos dias 22 e 30 de março deste ano, no centro de São Paulo. Ao todo, as manifestações juntaram cerca de 750 pessoas. Para Bruno, o objetivo principal dos

protestos é "acabar com a corrupção que permeia todos os partidos do país".

O próprio perfil do militante no Facebook é um espelho da posição política que defende. Durante as manifestações, a capa de sua rede social ficou com uma foto onde a imagem de Jesus Cristo e de um militar dividiam espaço com os dizeres "Soldados de Cristo" e "Família Cristã". Longe do trabalho de aeronauta, Bruno afirma que sua atuação política e os "infinitos falsos dossiês que os militantes esquerdistas" produziram contra ele, o impediram de exercer a profissão. Atualmente trabalha como fotógrafo autônomo.

A página da Marcha no Facebook reúne 3.090 seguidores. Já a comunidade "Intervenção Militar - 2014" tinha 31.500 membros até o fechamento desta edição. Em abril, quando a passagem dos 50 anos do golpe foi lembrada em diversos âmbitos, 12 mil pessoas aderiram ao movimento virtual.

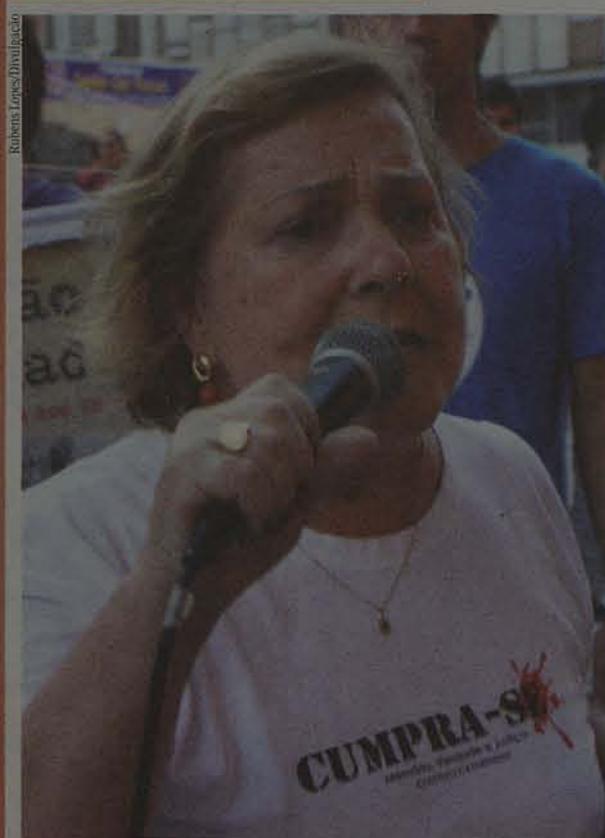
Para organizar a enxurrada de postagens

"Todos falam que houve perseguidos, torturados e mortos. Eu não conheço ninguém"

Prisioneira conta sua história

Relatos de Derlei Catarina De Luca retirados do livro *No Corpo e na Alma*, de sua autoria.

"A tortura começa no quartel da PM do estado de São Paulo, às 7 horas da noite, do dia 23 de novembro. O Capitão Mauricio Lopes Lima, Capitão de Infantaria do Exército, Chefe de Equipe de busca e captura da OBAN, aluno da USP, Professor de Esgrima no Esporte Clube Pinheiros vem buscar... A primeira noite é indescritível. Arrancam minhas roupas. Sou pendurada no pau de arara, recebo choques elétricos nos dedos, vagina, ouvido, quebram meus dentes. A dor é lancinante. Tão intensa que nem dá para gritar. O sangue escorre pela cabeça, molhando os cabelos e pescoço. Os braços, seios e maxilar recebem pancadas e coronhadas de revólver. São vários homens gritando, ninguém pergunta objetivamente nada. Eles berram. A posição provoca dores em todo o corpo e uma completa desorientação. Apagam o cigarro no meu corpo deixando a pele queimada. Foi um esforço sobre-humano para manter a lucidez e não desmaiar. Só depois soube que, se houvesse desmaiado, não teriam torturado tanto, teriam dependurado do pau de arara. A gente só aprende na prática, depois de os fatos acontecerem. Os carcereiros não dão a menor dica sobre política e situação nacional. A OBAN é um mundo à parte. E nós: somos prisioneiros de guerra. Ainda tenho marcas da Operação Bandeirante no corpo e na alma. Minhas pernas trazem a recordação do horror nas suas cicatrizes. A alma, o espanto por ter sobrevivido."



Presas, torturada e exilada, Derlei De Luca pede justiça



Marcha da Família levou 750 pessoas às ruas em SP, mas tem 3 mil adeptos na rede

que chegam a todo minuto no grupo fechado que pede intervenção militar, a designer Maria Araújo, 29 anos, uma das responsáveis pela página, tentou criar um conjunto de regras à participação dos seguidores. As normas previam como principal função daquele espaço "prover um ambiente agradável para que todos possam interagir", mas o envolvimento é tamanho, com curtidas, comentários e compartilhamentos, que as regras acabaram abandonadas. As postagens são, em sua maioria, acusações contra o PT e manifestações de apoio ao deputado federal Jair Bolsonaro (PP-RJ) e à jornalista do SBT, Rachel Sheherazade, ambos conhecidos por suas posições mais à direita.

Ao defender a intervenção das Forças Armadas, Maria e Bruno citam como benefícios do regime militar os altos índices de crescimento do país e a construção de uma longa lista de infraestruturas, como a Ponte Rio-Niterói e as rodovias

estaduais e federais. Maria ressalta ainda que "há 30 anos o Brasil não tem grandes investimentos. Depois da entrega do governo aos civis, a decadência do Brasil ficou clara e evidente".

Para os apoiadores dos militares, o período de 1964 a 1985 não se constituiu um governo ditatorial, mas sim o atual governo. Bruno é taxativo ao dizer que "todos falam que houve ditadura no Brasil, que muitos foram perseguidos, torturados e mortos. Eu mesmo não conheço ninguém que tenha sofrido isso que a mídia fala". E critica a Comissão da Verdade: "Que ditadura foi essa que concedeu anistia a quem pegou em armas e atirou em homens de farda, matou civis e mutilou outros tantos, e agora querem se vingar com essa tal 'omissão da verdade', digo, 'comissão da mentira' que só julga um lado da história?"

Géssica Silva

gessica.silvasc@gmail.com

Regime fez 590 vítimas só em SC

O Regime Militar deixou em Santa Catarina um saldo de 580 presos, sete mortos e três desaparecidos, listados até agora pela Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright (CEV). Criada em 2013 e vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil, a CEV já entrevistou os presos da Operação Barriga Verde, jornalistas e historiadores que fizeram pesquisa sobre o assunto e operários de Joinville e Itajaí. O comitê auxilia a Comissão Nacional da Verdade no esclarecimento de violações aos direitos humanos praticados de 1946 a 1988.

Derlei Catarina De Luca, catarinense de Içara e membro da CEV, é um exemplo da luta política que teve suas piores consequências durante o

regime militar, mas que seus resultados refletem até hoje na participação da catarinense em entidades que pedem justiça às vítimas da ditadura e aos repressores.

Derlei largou o curso de Pedagogia na UFSC em 1968 para defender os ideais da Ação Popular (AP), movimento de esquerda, considerado clandestino a partir do golpe de 64. Foi presa, torturada, exilada e daria a vida pelo país, se fosse preciso. Mas decidiu resistir para continuar defendendo seus ideais.

A luta lhe deixou marcas. *No corpo e na alma*, expressão que nomeia o livro, lançado em 2002, onde conta às experiências que teve e do qual foram retirados os relatos do **box ao lado**.

Operação Bosque

PF intima servidores e alunos envolvidos

Relatório final do inquérito deve ser concluído até fim de junho

Não estou em Rondônia, Amazonas, Acre ou Afeganistão. Não sou uma miragem." Mesmo sem ser questionado, foi assim que o delegado superintendente em exercício da Polícia Federal em Santa Catarina, Paulo César Barcelos Cassiano Júnior, terminou a coletiva concedida na manhã de 12 de maio. Um recado claro àqueles que apostaram no seu afastamento após o conflito de 25 de março no Bosque da UFSC.

Os desdobramentos do caso também estão longe do fim. Cerca de 40 pessoas, entre professores, alunos e servidores, começam a depor a partir de 26 de maio. Cinco são funcionários da Universidade. Alguns dos envolvidos serão intimados como testemunhas e não está descartada a possibilidade de que a própria reitora, Roselane Neckel, e o chefe de gabinete, Carlos Vieira, sejam convocados. A UFSC, através da sua diretora de comunicação, Tattiana Teixeira, afirma que não se pronunciará. "Todo e qualquer processo que envolva a UFSC é acompanhado pela Procuradoria Federal. Só faremos pronunciamentos após o conhecimento dos autos do processo".

O relatório final deverá ser concluído até o fim de junho para posterior encaminhamento ao Ministério Público e à Justiça Federal. A investigação sobre o tráfico de drogas no campus segue paralelamente e não tem data para terminar.

Outro inquérito será aberto contra os responsáveis pelo hasteamento de um pano vermelho no lugar da Bandeira Nacional durante a ocupação da Reitoria. O pedido partiu do Ministério Público

Federal após o recebimento de uma representação feita em abril. O nome do autor (ou dos autores) não foi informado.

O Procurador Eduardo de Oliveira Rodrigues, que deu prosseguimento à representação junto à PF, se apoiou no artigo 22 da Lei 1.802/53: "Praticar ato público que exprima menosprezo, vilipêndio ou ultraje ao nome do Brasil, ou a qualquer dos símbolos nacionais dos Estados ou dos Municípios". O banco de dados do Tribunal de Justiça de SC não possui sequer um registro de processo baseado nesse artigo. A lei foi aprovada quando o presidente Getúlio Vargas exercia seu segundo e último mandato.

De acordo com Rodrigues, ele mesmo ficou surpreso com a antiguidade da lei. Sua assessoria chegou a considerar o uso de outra, da década de 70 (nº 5.700/71), mas "como a anterior nunca foi revogada, expressa ou tacitamente, sua aplicação é constitucional". A lei preterida não prevê processo criminal, apenas civil. Seu objeto são os símbolos da pátria, sua forma e apresentação.

Os réus podem pegar até dois anos de prisão. Quem não possuir antecedentes criminais poderá se beneficiar da "transação penal", caso em que não há privação da liberdade desde que uma contrapartida seja acordada entre as partes. "O crime é considerado de menor potencial", explica o procurador.

A investigação será conduzida pelo delegado da Polícia Federal Christian Luz Barth, que se negou a comentar o assunto. O caso corre em segredo de justiça.

Aproximadamente 40 pessoas foram convocadas para depor sobre o conflito no Bosque

Advogados populares na defesa dos manifestantes

Assim que começou a circular na imprensa e redes sociais a informação de que 40 pessoas estavam sendo intimadas, o Coletivo Catarina de Advocacia Popular se colocou à disposição para auxiliar na defesa. O grupo não possui um número fixo de colaboradores e atua em demandas específicas.

Para a advogada Daniela Félix, que deve avaliar o processo nos próximos dias, houve inabilidade e intransigência por parte do delegado da PF na operação do Bosque. "Passamos três horas negociando. Foi um ato de autoritarismo. A polícia gerou o confronto". Daniela afirma que "pode haver um processo de criminalização dos movimentos sociais em andamento, uma orquestração por parte das polícias para inibir e marginalizar os simpatizantes destas lutas. Muitos estavam lá no dia da ação".

A mesma visão é compartilhada pelos estudantes Vitor Rollin Prudêncio, do Curso de História, e Gabriela Santetti, acadêmica de Pedagogia. Os dois estavam no Bosque, participaram da ocupação da reitoria e foram intimados. Gabriela acredita que "o ato foi mais uma amostra da violência da poli-

cia, que aprendeu a lidar com movimentos sociais durante a ditadura. A repressão está aumentando".

Prudêncio também não tem dúvidas: "Neste ano os estudantes, trabalhadores e movimentos populares não podem mostrar sua cara nas ruas do 'país da Copa padrão FIFA'. A criminalização do que aconteceu no Bosque e reitoria estão dentro de um objetivo maior. As motivações políticas existem".

Questionado, o delegado Cassiano afirma que ele próprio foi líder estudantil enquanto cursava direito na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e rejeita a associação. "A PF não é uma polícia política. É uma polícia de Estado. Nós somos um órgão de repressão e nos atemos aos fatos".

Daniela entende que os crimes pelos quais alguns dos intimados poderão responder são desacato, lesão corporal de natureza leve, incitação ao crime, furto e depredação do patrimônio público. "Acusações mais graves podem acontecer, mas dificilmente serão provadas".

Rafael Venuto
rafael.vnt@gmail.com



Confronto no Bosque terminou com 5 detidos e cerca de 20 feridos